

RECONSTRUIR E AVANÇAR!

PLANO DE GOVERNO PARA **RECONSTRUIR** **E AVANÇAR** SÃO LEOPÓLDO



NELSON PREFEITO **PROF. NADO** VICE
SPOLAOR **13**
RECONSTRUIR E AVANÇAR!

Reconstruir e Avançar São Leopoldo: Uma cidade Bicentenária, inclusiva, segura, inovadora e democrática

As eleições municipais de 2024 se realizarão num momento de grandes desafios para as mulheres e homens de São Leopoldo, depois de enfrentar a maior enchente da história da cidade e do estado, a população decidirá entre projetos muito distintos. De um lado, estará o caminho da reconstrução, do desenvolvimento, do trabalho e dos avanços sociais representado pelas candidaturas à **Prefeito de Nelson Spolaor e Prof. Nado para Vice**. De outro, estarão os representantes de uma política de abandono da cidade, paralisia da prefeitura e retirada de direitos.

Este programa de governo construído a partir da experiência dos mandatos populares da cidade e de representativas reuniões, oficinas, debates e contribuições enviadas pela internet, reúne as posições da coligação "Reconstruir e Avançar São Leopoldo" para o período de 2025 a 2028, coligação formada e apoiada por sete partidos PT, PDT, PV, PCdoB, PSB, PSD, União Brasil.

O mundo vive um enorme desequilíbrio climático, com aquecimento global, poluição e eventos extremos acontecendo em todos os continentes, afetando severamente a convivência humana com o planeta. Este desequilíbrio constitui a principal tarefa da sociedade do século XXI, e não é mais uma tarefa do amanhã, e sim do agora. Tal desafio está no centro da estratégia do poder público em todas as esferas, em especial em nossa candidatura na cidade.

As fortes chuvas do final de abril e início de maio de 2024, ano do Bicentenário, causaram a maior tragédia climática de nossa história, com mais de 700 mm pluviométricos em poucos dias, superando a capacidade do nosso sistema de proteção de cheias, extravasando o Rio dos Sinos sobre o dique e consequentemente causando severos danos a nossas comunidades.

O sistema de proteção de cheias, elaborado a partir das chuvas históricas de 1941, foi fundamental, e deu segurança por várias décadas a nossa cidade garantindo a preservação da vida de milhares de pessoas. Sua capacidade foi superada expressivamente

pelo volume das chuvas, entrando água para a cidade de forma gradativa, são necessários novos parâmetros de proteção, a partir das chuvas de 2024 e do novo cenário ambiental.

O evento climático atingiu mais de 180 mil pessoas diretamente, mais de 100 mil pessoas precisaram sair de suas casas, muitas delas por mais de 20 dias, em que regiões inteiras ficaram alagadas, e destas mais de 20 mil precisaram ficar em abrigos coletivos por São Leopoldo e cidades da região. Milhares de pessoas se voluntariaram e todo o contingente de servidores possível do poder público foi aplicado para salvar vidas e acolher da melhor forma nossa população.

Nossa cidade, liderada pelo prefeito Ary Vanazzi, construiu uma importante pronta resposta a esta tragédia e a crise que conseqüentemente nos assola. Construímos um rápido processo de retomada do abastecimento de água, um emergencial processo de fechamento dos diques, utilizamos bombas submersas extras garantindo que a cidade fosse a primeira da região a secar o seu território alagado, e a primeira a concluir o processo de limpeza pesada. Semana após semanas foram sendo retomados serviços públicos afetados, e o governo federal garantiu importantes ações de amparo e de solidariedade à nossa população.

Somos a única cidade que está com o dique em pleno funcionamento e passando por um elevação de sua cota acima das dimensões anteriores. O governo do prefeito Vanazzi já elabora projetos de reformulação de todo o sistema e o governo Lula aporta recursos necessários para garantir a segurança climática à nossa população.

Esta sintonia, que alinha a liderança do Presidente Lula, o legado do prefeito Vanazzi, e cerca de R\$ 2 bilhões em projetos coordenados por Nelson Spolaor apresentados ao Novo PAC, que estão em processo liberação dos recursos, é a que permitiu que São Leopoldo se tornasse um bom lugar de se viver, melhorando ao longo dos últimos oito anos, os indicadores de saúde, educação, saneamento básico, proteção a crianças e adolescentes, pessoa idosa, as mulheres.

Também foram os pesados investimentos em infraestrutura, como drenagem e pavimentação, aliado a uma política de articulação para o desenvolvimento que fizeram com que São Leopoldo saltasse da 12ª, para 7ª economia de nosso estado, mesmo enfrentando

governos golpistas e genocidas, uma pandemia de covid, uma epidemia de dengue e agora a maior tragédia climática da nossa história.

Diante disso, como forma inicial, para Reconstruir e Avançar São Leopoldo, na candidatura do Nelson Spolaor Prefeito, e do Professor Nado Vice, apresenta como ações prioritárias e urgentes ao Plano de Governo, as seguintes questões:

- ★ O fortalecimento do Observatório Municipal de Mudanças Climáticas e execução do Plano Local de Ação Climática (PLAC), destacando as necessidades e identificando as formas de construção da resiliência das comunidades suscetíveis aos desastres.

- ★ Organizar medidas de prevenção com o fomento das soluções baseadas na natureza, para reduzir os riscos de eventos climáticos extremos e aumentar a resiliência urbana e ecossistêmica.

- ★ Zelar pela criação e implementação de políticas de descarbonização e neutralização das emissões de gases de efeito estufa – GEE, como exemplos o IPTU Verde, utilização de ônibus elétricos no transporte público, estímulo ao uso cisterna e mudança matriz energética, inclusive aplicando tais medidas de forma intensiva nos serviços públicos municipais.

- ★ Revisar o currículo escolar à luz das questões ambientais e constituir comitês de emergências climáticas, adequando as escolas para acolhimento em situações de calamidades, bem como implantar o Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEA), visando fomentar ações de educação para a sustentabilidade e para a emergência climática a partir dos núcleos e centros ambientais..

- ★ Fortalecer e atualizar o Plano de Contingência (PLACON), com medidas a partir dos novos parâmetros acessíveis ao público e eficazes para lidar com desastres, fundamentados em evidências científicas, e garantir a existência de processos e infraestruturas adequadas para evacuação, alojamento, assistência e cuidados às vítimas de desastres, incluindo um plano de resgate dos animais.

★ Elevar a Defesa Civil Municipal ao status de secretaria, aparelhando sua estrutura de enfrentamento à crises, monitoramento e alarmes. Bem como garantir a implementação das defesas civis populares, em parceria com entidades da comunidade que possam fortalecer as ações de prevenção e de enfrentamento das situações de urgência, com treinamento e equipamentos adequados.

★ Garantir com os recursos aportados pelo Governo Lula, a execução dos estudos no Município de São Leopoldo, e aos demais municípios das bacias, dos volumes pluviométricos, e da capacidade dos rios, do sistema de proteção contra as cheias, projetando-o para que possa suportar os próximos 100 anos, com elevação, reformulação das casas de bombas e bacias de acumulação e contenção.

★ Nossa cidade deve liderar junto ao Governo Lula, os municípios da bacia do rio dos sinos e Governo do Estado na construção de uma estrutura administrativa e técnica que garanta a gestão integrada dos sistemas de proteção das cheias.

★ Realizar a dragagem do Rio dos Sinos em locais que o estudo de batimetria indique a sua necessidade, exigindo que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul priorize o licenciamento ambiental desse serviço.

★ Ampliar a segurança das comunidades que residem no entorno dos arroios em nossa cidade, a exemplo dos projetos de bacia de acumulação dos arroios Peão e Kruze, já apresentados no Novo PAC.

★ Garantir a ampliação do dique contemplando a não inundação das áreas comumente alagadas na Feitoria, como do São Geraldo, Pinheiro e Rua das Camélias.

★ Construir uma estação de captação e tratamento de água na Zona Norte, interligada com a já existente, melhorando a oferta de água para a região e toda a cidade, e evitando desabastecimento em situações extremas.

★ Garantir o processo de recuperação total e melhoria das 18 escolas municipais, 14 unidades de saúde, 3 Cras, 11 serviços de convivência e 23 praças com a aquisição de equipamentos e melhorias necessárias a estes espaços.

★ Construir três mil unidades habitacionais para a população afetada pelas cheias e que reside em áreas de alto risco, ou perdeu seu imóvel, e mais duas mil unidades para a população em situação de vulnerabilidade, totalizando a construção de cinco mil novas moradias até 2028. Garantindo com participação estadual, e federal o aluguel social para estas famílias até que se concluam tais unidades.

★ Buscar recursos necessários para as famílias realizarem as reformas de suas moradias e empreendimentos afetados pela calamidade.

★ Concluir a revitalização e a despoluição visual da independência, e realizar um plano de revitalização urbana nos bairros afetados, fortalecendo os centros de bairro e estimulando a ampliação do comércio nas regiões.

★ Realizar a ligação da Zona Norte de São Leopoldo com a expansão da BR 448, conectando nosso distrito industrial ao acesso direto a outras cidades da metropolitana.

★ Garantir oportunidades de educação para nossa juventude buscando soluções, a exemplo do programa pé de meia, que incidam sobre a permanência dos jovens no Ensino Médio que possui altos índices de evasão. Também fortalecer programas como o 3 Mil Talentos TI e garantir a rápida e qualificada implantação do IFSUL com oferta de cursos técnicos e tecnológicos.

★ Organizar macro ações transversais de proteção, garantia de direitos e bem estar a população idosa, com especial atenção às que residem em áreas diretamente afetadas, bem como priorizar a atenção a esta população em todas as políticas sociais da prefeitura municipal.

★ Garantir a priorização das mulheres, em especial as chefes de família, em todas as políticas públicas municipais, bem como criar o crédito lilás, subsidiado, buscando a promoção de sua autonomia econômica.

★ Promover um amplo processo de formalização dos empreendimentos de pessoa física, auxiliando no processo de reconstrução de seus meios de vida com recursos subsidiados, formação e orientação.

★ Criar um aplicativo reunindo todos os serviços municipais em um único canal digital, diminuindo a burocracia e o tempo de resposta aos cidadãos e cidadãs.

★ Ampliar substancialmente com equipes multiprofissionais o atendimento em saúde mental (psicológico) nos territórios, bem como ampliar as unidades básicas de saúde e suas equipes. Depois de saltar de 35 % para a 75 % de cobertura com equipes de atenção básica no Governo Vanazzi, nossa meta é atingir 100 % de cobertura, ou seja, cada pessoa terá uma equipe de referência para atendimento preventivo, com médico, enfermeiro e técnicos de enfermagem, bem como será ampliado, em parceria com o Governo o Lula, a estratégia de saúde da família aumentando a qualidade da assistência em saúde nos territórios.

★ Construir mecanismos para que cada cidadão e cidadã possa ter o mínimo necessário para viver, fortalecendo e aperfeiçoando os programas sociais São Léo Mais Renda e São Léo Mais Comida no Prato, com garantia de renda, moradia, alimentação, educação e saúde.

Além das ações prioritárias e urgentes listadas acima, apresentamos agora as demais ações divididas por eixos e temas que dão conta do conjunto de propostas para todas as áreas, públicos e regiões que formam a nossa querida São Leopoldo, com toda sua diversidade, dinamismo e vivacidade.

Reconstruir e Avançar São Leopoldo!

Nelson Spolaor Prefeito

Professor Nado Vice

1. Desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda no Município

- 1.1 Cidade Tecnológica, Inovadora e Inteligente
- 1.2 Desenvolvimento Tecnológico, inovação e economia do conhecimento
- 1.3 Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária
- 1.4 Revitalização da Cidade e Fortalecimento do Comércio e Serviços
- 1.5 Desenvolvimento Industrial
- 1.6 Desenvolvimento Local: Micro, Pequenos e Médios Empreendimentos
- 1.7 Economia Criativa, da cultura, turismo e desenvolvimento da gastronomia local

2. Participação popular cidadã e controle social

- 2.1 Ampliar as ações para uma Participação Cidadã
- 2.2 Ampliar as ações de Controle Social sobre o governo
- 2.3 Construir ações para uma Governança Digital efetiva

3. Desenvolvimento Urbano Sustentável, Direito à Cidade, Mudanças Climáticas e Resiliência

- 3.1 Planejamento Urbano E Direito À Cidade
- 3.2 Sustentabilidade Socioambiental
- 3.3 Saneamento Ambiental E Gestão De Recursos Hídricos
- 3.4. Mudanças Climáticas
- 3.5 Eficiência Energética
- 3.6 Resíduos Sólidos
- 3.7 Transporte E Mobilidade Urbana
- 3.8 Parques E Praças
- 3.9 Iluminação Pública

3.10 Habitação

4. Políticas Sociais e Garantia de Direitos

4.1. Saúde Pública

4.2. Educação

4.3. Assistência Social

4.4. Políticas para as Mulheres

4.5. Políticas para a população LGBTQIAPN+

4.6. Direitos Humanos

4.7. Cultura

4.8. Políticas para Juventude

4.9. Igualdade Racial

4.10. Segurança Pública Cidadã

4.11. Esporte e lazer

4.12. Proteção Animal

5. Cidade Democrática, Gestão Ética, Transparente e com Participação Social

5.1 Modernização Administrativa

5.2 Reorganização dos processos administrativos

5.3 Políticas de Recursos Humanos e valorização do Funcionalismo Público

5.4 Modernizar a gestão da tecnologia da informação, TI e AI

5.5 Melhorar os serviços de atendimento à população

5.6 Eficiência energética em prédios públicos

5.7 Arrecadação Municipal

5.8 Política de comunicação pública e cidadã

1. Desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda no Município

1.1 Cidade Tecnológica, Inovadora e Inteligente

Nesta proposta, consideramos que o ano de 2025 será decisivo, e não pouparemos esforços para evitar o desemprego e a desestruturação de nossas empresas e negócios. Os desafios são enormes, mas com inteligência, trabalho e diálogo, superamos os graves impactos das enchentes que afetaram todas as economias do estado e da cidade.

Nossa proposta é justamente somar esforços, buscar conhecimento e trabalhar incansavelmente pela prosperidade e dignidade de nossa população. Fortalecemos as parcerias já estabelecidas com nossas Universidades, e outras instituições de conhecimento. É necessário conhecer para transformar e projetar. Manteremos um diagnóstico preciso e apurado, para que nenhuma ação seja em vão, ou mal planejada.

Queremos construir um grande fórum econômico municipal, mobilizando todos os setores empresariais e suas entidades, bem como as organizações de trabalhadores, instituições e entidades técnicas. Estabeleceremos setores estratégicos e fortaleceremos a Câmara Temática da Indústria e criaremos outras câmaras técnicas para planejar e projetar o desenvolvimento de toda a nossa diversidade econômica, que é fundamental. Apoiaremos a participação em feiras, encontros e todas as atividades fora de São Leopoldo que sirvam de estímulo ao desenvolvimento e a apresentação do que é produzido em nossa cidade.

Essas propostas são convites ao diálogo, baseados em um projeto de futuro para o crescimento e desenvolvimento da cidade e de seus cidadãos. Além disso, buscaremos estruturar uma política de estímulo à indústria tecnológica e aos serviços de informação, visando posicionar São Leopoldo como cidade polo regional na economia do conhecimento. Sem esquecer dos demais setores que formam a nossa diversificada planta industrial. Enfrentaremos as lacunas na formação da força de trabalho, consolidaremos a digitalização dos serviços da cidade e criaremos mecanismos para ampliar a taxa de investimento, aproveitando estímulos fiscais e ativos públicos.

1.2 Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Economia do Conhecimento

A era digital nos desafia a nos posicionar em uma nova dimensão estratégica, onde a gestão de informações, dados e conhecimento se torna central. Não se trata apenas de adotar novas tecnologias, mas de promover uma transformação profunda na maneira como pensamos e gerenciamos a informação e o conhecimento. Nossa visão é de uma revolução

digital que não só modernize processos, mas que também estabeleça uma nova forma de relacionamento com o cidadão, integrando aspectos éticos, sociais e políticos da digitalização.

Implementar um canal único que permita ao cidadão acessar diversos serviços públicos, de forma centralizada e acessível por dispositivos móveis.

Radicalizar a transparência e o controle social através de ferramentas digitais que permitam aos cidadãos acompanharem os gastos públicos, projetos em andamento e indicadores de desempenho, promovendo a participação ativa através de fóruns e consultas públicas.

Utilizar ferramentas de inteligência artificial e big data para monitoramento e análise de dados, visando antecipar necessidades, otimizar recursos e melhorar a tomada de decisões em áreas como saúde, educação, infraestrutura e na prevenção e gestão de crises climáticas.

Adotar tecnologias para digitalização de documentos, automação de processos, aumentando a eficiência administrativa.

Implementar dispositivos que priorizem o atendimento de idosos, pessoas com deficiência e famílias de baixa renda, além da criação de pontos de wi-fi gratuitos para garantir o acesso digital a serviços públicos.

Implantar um Sandbox regulatório no espaço público da prefeitura, através da nova lei de licitações, utilizando startups do nosso município, para testar soluções tecnológicas em um ambiente real e supervisionado. Esta iniciativa permitirá que as startups experimentem e validem novos produtos e serviços com suporte legal e adequado, promovendo a competitividade e a eficiência. Além de estimular a inovação local, a medida beneficiará a administração pública ao trazer soluções criativas e tecnológicas para desafios urbanos, proporcionando uma interação mais dinâmica entre governo e setor privado e promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo da cidade.

1.3 Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária

A Economia Solidária (ES) é um modelo de sociedade que propõe uma transformação para o desenvolvimento social com sustentabilidade econômica e ambiental. Ela se apresenta como uma alternativa ao modelo econômico tradicional, baseando-se em princípios de solidariedade, autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção.

A ES é reconhecida globalmente como uma resposta aos desafios econômicos, sociais e ambientais da atualidade, devido à sua ênfase na solidariedade em vez da competição. Nos empreendimentos solidários, a administração é feita através da autogestão,

onde os trabalhadores são coproprietários e participam ativamente das decisões, contrapondo-se à alienação do trabalho presente no modelo tradicional.

A democracia é um princípio fundamental na ES, pois adota a propriedade coletiva em vez da propriedade privada dos meios de produção. Diferente da economia tradicional, onde o peso do voto é proporcional à participação societária, na ES todos têm participação equitativa, com um voto por pessoa.

Por fim, a ES propõe um caminho progressivo para alcançar seus objetivos, através da reorientação de recursos públicos gastos na compra de bens e serviços para a Economia Solidária.

Propostas prioritárias de políticas públicas de economia solidária que devem ser implementadas nos municípios, tais como:

Apoio, formação, assessoria e fomento aos empreendimentos econômicos solidários;

Apoio às cooperativas, associações e coletivos de trabalhadoras e trabalhadores que optarem pelo trabalho coletivo autogestionário nos mais diversos segmentos econômicos, através da criação de Centros Públicos de Economia Solidária, descentralizados nos territórios/regiões da cidade e por Incubadoras Públicas Municipais de Economia Solidária, próprias ou através de parcerias e convênios com universidades e Institutos públicos e privados.

Estes Centros Públicos e Incubadoras devem ser responsáveis por prover assessoria administrativa, jurídica, contábil e em comunicação e comercialização, entre outras, aos coletivos de trabalhadoras/es de modo a apoiar a constituição de novos coletivos e a formalização deles como empreendimentos solidários viáveis economicamente.

Os Centros Públicos de Economia Solidária devem contar com estruturas adequadas para comercialização, espaços destinados para reuniões e para assessorias e formações, com acesso livre e gratuito a internet e computadores.

Legislação adequada para compras de insumos, cozinhas solidárias, hortas urbanas, fomento para produção de alimentação agroecológica e orgânica (sem agrotóxicos) e apoio aos coletivos de compras coletivas.

Compras públicas. Ter uma política municipal que oriente seu poder de compra para produtores locais (com o respaldo do ordenamento jurídico municipal). Em especial para aqueles que integram as redes de Economia Solidária de produção, consumo e serviços financeiros. Essas redes podem fornecer uma grande quantidade dos bens e serviços atualmente comprados de empresas que costumam ter escasso impacto econômico e social positivo na cidade. Que as compras sejam verdadeiramente prioritárias pelas prefeituras de produtos e serviços oriundos de empreendimentos econômicos solidários.

Comercialização. Continuar com o incentivo à ocupação de áreas públicas municipais aptas à realização de eventos como Festivais e Feiras da Economia Solidária, tais como parques, praças e equipamentos públicos ociosos, que possam abrigar desde quiosques, lojas, quitandas, cozinhas entre outros empreendimentos da economia solidária local.

Montagem de cozinhas solidárias autogeridas que trabalhem com produtos agroindustriais provenientes de produtores econômicos solidários e seguindo os princípios da Economia Solidária.

Priorizar os empreendimentos de economia solidária com espaços de comercialização e/ou contrato de fornecimento em eventos da gestão municipal, desde grandes eventos da gestão pública, como a São Leopoldo Fest, até eventos internos menores.

Dar continuidade às parcerias realizadas com outras esferas públicas, renovar e ampliar as Feiras nas Estações da Empresa Trensurb, nas estações de trem localizadas em São Leopoldo.

Dar continuidade a parceria com a Secretaria Municipal dos Esportes, na ocupação do espaço do Bar e ponto de comercialização dentro do Ginásio Municipal de Esporte Celso Morbach, com a exclusividade para os Grupos de Economia Solidária leopoldense.

Gestão da política e participação social da ECOSOL. Elaboração de um plano municipal de economia solidária, observando o respeito a legislação municipal existente, criação e implantação de instrumentos que viabilizem a política de economia solidária, como a criação de um fundo municipal de economia solidária com previsão orçamentária própria, além da criação e/ou destinação de equipamentos e cargos públicos para esta finalidade, fortalecimento do conselho municipal existente e, apoio a mecanismos de participação social, tais como, fóruns municipais de economia solidária e desenvolvimento local.

Realização de um diagnóstico socioterritorial para reconhecimento dos atores e das necessidades da economia solidária local, assim como a criação de um cadastro municipal de empreendimentos econômicos solidários, podendo evoluir para um selo e/ou identificação visual dos empreendimentos, produtos e serviços da economia solidária e de empresas e instituições que apoiam a economia solidária no município.

Transversalidade da política, com implantação de programas e projetos de economia solidária nas diversas áreas de governo, tais como educação, meio ambiente, saúde, segurança alimentar, habitação, assistência social, cultura, esportes, DDHH, etc. Esta integração pode se dar através de incidência e integração com outros planos da cidade (Ex: plano diretor, plano de educação, orçamento participativo, agenda 2030 e plano de direitos humanos) e mais especificamente sobre os instrumentos de planejamento do uso dos recursos públicos garantidos na Constituição Federal (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual).

Comercialização - espaços e ações que potencializam a geração de renda dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Formação e capacitação - atividades formativas sistemáticas, de acordo com as necessidades dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Orçamento anual destinado à Economia Solidária - que viabilize as diversas ações necessárias para potencializar os Empreendimentos Econômicos Solidários.

Aprimorar marco regulatório da licitação para dar acesso às compras públicas para os empreendimentos de Economia Solidária.

Retomar as feiras itinerantes nas regiões, valorizando os artistas locais daquele território, e nos grandes eventos da cidade, priorizar os empreendimentos de Economia Solidária, estimulando atores locais.

Criar e potencializar fundo solidário para que os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) tenham acesso ao capital de giro.

Colocar no orçamento recurso para auxiliar os EES a participar de eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Exemplo: feira estadual de Economia Solidária, Feira regional do vale dos sinos, feira Economia Solidaria Passo fundo, Fresol, Feira Internacional do Cooperativismo e da Economia Solidária-Feicoop.

Registrar o dia 15/12, que é da Economia Solidária, no calendário oficial e buscar um espaço maior para o Fórum de Economia Solidária, na Feira de Natal.

Retomar as atividades nos colégios, feiras dos dias dos pais e mães, eventos com a comunidade escolar, buscando ações/recursos nas secretarias que tem pautas transversais a economia popular solidária (por exemplo no segmento artesanato: cultura, turismo, trabalho, meio ambiente etc.)

Estabelecer locais de comercialização em prédios públicos, locais turísticos, e recurso para materiais de divulgação para economia solidária, grupos, feiras eventos como banners, panfletos, cartazes, cartilhas, etc..

Criar o selo Capilé, sustentabilidade de Economia Solidária, para a valorização dos produtos da economia solidária e criar um espaço central de comercialização: Casa da Economia Solidária.

1.4 Revitalização da Cidade e Fortalecimento do Comércio e Serviços

O objetivo é transformar o centro de São Leopoldo em um polo de consumo, turismo e cultura no Vale dos Sinos. Para alcançar essa meta, planeja-se operacionalizar a revitalização do Centro Histórico por meio de Parcerias Público-Privadas, concessões e investimentos públicos.

As ações incluem:

Avançar no processo já iniciado de revitalização da Rua Grande e do entorno, com foco em impulsionar o comércio local. Isso envolve melhorias como recuperação do calçamento, sistema de drenagem e esgoto, despoluição visual, além da construção de equipamentos e mobiliário urbanos.

Viabilização da revitalização da Rodoviária Municipal e da Rua 24 horas de São Leopoldo, tornando esses espaços seguros e atrativos.

Conclusão até 2028, do Projeto do Parque da Rua da Praia, transformando-o em um núcleo de lazer e serviços de entretenimento, com destaque para o Sarau do Rio e competições de esportes náuticos.

Incentivo ao desenvolvimento de núcleos logísticos e atacadistas próximos às rodovias RS-240 e BR-116, com oferta de incentivos fiscais e infraestrutura adequada.

Valorização do patrimônio histórico da cidade, embelezamento dos espaços públicos e organização de parques, praças e ruas para atrair circulação de pessoas.

1.5 Desenvolvimento Industrial

Buscamos contribuir para a inserção qualificada da cidade na economia internacional e no desenvolvimento da indústria sustentável e de alta agregação de valor. Para isso, facilitamos a instalação e a permanência dessas indústrias.

Nossas ações incluem:

Fortalecer a Câmara Temática da Indústria.

Fortalecer a política municipal de relações internacionais, com foco nas articulações entre cidades, especialmente com a União Europeia, China, América do Sul e outras regiões como América Latina, Ásia e Europa.

Promover incentivos fiscais e agilizar a tramitação de projetos para a instalação e permanência de empresas de baixo impacto ambiental em São Leopoldo.

Criar uma política que estimule o uso de energias de baixo carbono e o uso responsável da água nas empresas locais, visando tornar São Leopoldo uma referência nacional na indústria limpa.

Expandir o Distrito Industrial da Zona Norte, abrindo novos lotes e melhorando a infraestrutura, bem como conectá-lo à rodovia do parque (BR 448). Além disso, incentivamos a criação de micro distritos industriais em outras regiões da cidade para empresas de pequeno e médio porte.

1.6 Desenvolvimento Local: Micro, Pequenos e Médios Empreendimentos

Fortalecimento da Política de Valorização e Facilitação para Micro e Pequenas Empresas na Cidade, com o objetivo de estimular o desenvolvimento local e a circulação de renda, propomos as seguintes ações:

Fortalecimento do Programa de Microcrédito “Mão na Roda” e do Programa Supera São Léo, investindo na expansão e aprimoramento deste programas, facilitando o acesso a recursos financeiros para empreendedores de micro e pequenos negócios possam se reconstruir e expandir seus empreendimentos, gerando emprego e renda nas suas comunidades.

Consolidação do Sistema de Alvará Digital, implementamos um sistema ágil e eficiente para emissão de alvarás, simplificando os processos burocráticos e reduzindo o tempo necessário para abertura de empresas.

Criação do Comitê Municipal de Desburocratização, estabeleceremos um comitê dedicado à redução dos prazos para abertura de empresas.

Programa de Certificação dos Empreendimentos Locais, desenvolvemos um programa que certificará os empreendimentos locais, informando à população quais negócios possuem mão de obra e proprietários na cidade.

Apoio à Digitalização das Vendas e Oferta de Serviços para Micro e Pequenos Empreendedores, facilitando a transição para o ambiente digital, auxiliando os empreendedores na adaptação de suas vendas e serviços online.

Busca de apoio técnico e financeiro junto às esferas estaduais e federais, ampliando as linhas de crédito acessíveis a todos os empreendedores da cidade.

Criação da Agência Municipal de Emprego, para facilitar a inserção no mercado de trabalho.

Essas medidas visam fortalecer o ecossistema empreendedor local e promover o crescimento sustentável das micro e pequenas empresas.

1.7 Economia Criativa, da cultura, turismo e desenvolvimento da gastronomia local

Estabelecer São Leopoldo como um marco na economia criativa do Rio Grande do Sul, um setor que tem experimentado um crescimento significativo em nosso estado na última década. Promover um programa de inclusão social duradouro, enraizado na cultura, com atrações turísticas durante todo o ano, que vão além de eventos pontuais como o carnaval e a São Leopoldo Fest.

Valorizar a herança germânica que deu origem à cidade, bem como as expressões culturais de raízes africanas tão presentes. Incentivar e dar destaque à produção local de gastronomia, arte, artesanato e vestuário, fornecendo suporte técnico e logístico para a realização de eventos e a promoção regional de nossos produtos.

Estabelecer, de maneira colaborativa com todas as partes interessadas, uma Lei Municipal de Economia Criativa que organize mecanismos, metas e estratégias para o crescimento da Indústria Criativa na cidade.

Planejar a construção de uma escola municipal de artes localizada no coração da cidade, além de reforçar o ensino de produção artística, audiovisual, musical e da história cultural da cidade no âmbito da educação pública municipal.

Incentivar a criação de novos negócios e apoiar o aprimoramento das fábricas de roupas já existentes, além de estabelecer parcerias para treinar trabalhadores e desenvolver produtos da indústria da moda, com o objetivo de realizar um evento anual de moda regional na cidade.

Potencializar o Polo Gastronômico de São Leopoldo, implementando ações que valorizem os negócios do setor de alimentação de qualidade na cidade. Incentivar a realização de eventos que promovam a culinária cultural da cidade, bem como eventos gastronômicos de alto padrão.

Turismo:

Sendo uma atividade econômica, o turismo será trabalhado como um setor que pode manter uma economia forte e estável, dentro de padrões sustentáveis de desenvolvimento e principalmente pela sua capacidade de contribuir para melhoria na qualidade de vida e na proteção e recuperação do meio ambiente.

Um em cada dez empregos no mundo vem da atividade turística e, esse dado, não pode deixar de nos sinalizar a importância do setor. Além de gerar renda e atrair investimentos, a indústria do turismo valoriza a cultura e o patrimônio histórico do município.

Para que as atividades do setor tenham continuidade e embasamento técnico criaremos o cargo de “turismólogo” no quadro funcional.

O turismo de negócios, religioso, e outros, desenvolvido de forma sustentável, com o uso de tecnologias avançadas e uma gestão compartilhada pode garantir o crescimento de São Leopoldo no setor, ainda pouco conhecido e estruturado.

O nosso governo vai promover a participação das lideranças empresariais e de trabalhadores que fazem essa atividade em São Leopoldo, fortalecendo o trabalho do Conselho Municipal de Turismo, com base no Plano Municipal de Turismo vigente.

Para que o turismo se desenvolva plenamente como atividade econômica capaz de sustentar uma economia estável, é preciso que a população seja sensível ao turismo - entenda sua importância e veja “com bons olhos” os turistas, os empreendedores e os prestadores de serviço. E, esse trabalho, se dará através de uma parceria com as secretarias de Educação e Orçamento Participativo.

Estruturação de um sistema de informações que atenda aos planejadores, aos investidores e aos turistas, como forma de fomento ao turismo de São Leopoldo.

Atração de turistas e investidores através de um plano de divulgação e marketing institucional.

Criar uma lei de incentivo ao turismo para São Leopoldo, como forma de atração de novos investidores e fortalecimento dos empreendimentos existentes.

Criar pontos de embarque e desembarque para ônibus de turismo, assegurando tranquilidade e hospitalidade aos turistas de excursão que aqui chegam ou daqui partam.

Criação de um banco de projetos para o turismo, elaborados de forma colaborativa com as entidades e sociedade civil, gerando um sentimento de pertencimento, evitando danos e depredações futuras nesses. Esses projetos servirão de base para captação de recursos junto às esferas estadual e federal, bem como no exterior.

Implementar ações de infraestrutura e promoção do turismo de compras na área comercial de atacados existentes na zona norte.

Promover campanhas e parcerias público-privadas que garantam a limpeza e embelezamento da cidade, de forma permanente, para que sejamos um local bom de se viver e lindo de se visitar.

2.Participação popular cidadã e controle social

Propõe-se a criação do Sistema Municipal de Participação Popular, estruturado em três eixos fundamentais: Participação Cidadã, Controle Social e Governança Digital. O objetivo é ampliar o acesso da população aos serviços públicos, reduzir a burocracia e agilizar o atendimento às necessidades da comunidade, promovendo maior participação, transparência e controle social.

2.1 Ampliar as ações para uma Participação Cidadã

Ampliar e fortalecer o Conselho de Participação Popular de São Leopoldo a partir da Rede de Ação Solidária e dos conselhos locais, formado por diversos setores representativos da cidade em todas as áreas, agregando entidades empresariais, setores produtivos e

organizações sociais. Reunirá periodicamente com o prefeito e secretariado para discutir as pautas pertinentes à gestão municipal, prestação de contas, construir agendas, diretrizes e ações de governo.

Ampliar os Conselhos Locais de Praças e Bairros a partir do Programa Vem pra Praça, com atividades sistemáticas nas praças com oferta de serviços e informações, gabinetes itinerantes, programação cultural, oficinas, plenárias, economia solidária e produção local.

Criar a Escola de Formação Popular, com um sistema de formação e capacitação de comunidades e lideranças locais em parceria com as universidades locais, buscando a capacitação relacionada a elaboração de projetos, gestão, planejamento, cidadania e direitos humanos.

Reformular e ampliar as ações do Orçamento Participativo, garantindo a participação da população nas discussões do orçamento, como o PPA – Plano Plurianual Municipal participativo.

Promover a criação do Conselho da Cidade, de todas as regiões e com diversos setores da sociedade com a realização da Conferência da Cidade.

Incentivar a realização de conferências, encontros e congressos para a participação da comunidade e formulação de políticas públicas em todos os setores da gestão pública.

2.2 Ampliar as ações de Controle Social sobre o governo

Casa dos Conselhos: Propõe-se a criação de um espaço físico e administrativo, denominado “Casa dos Conselhos”, que centralize todos os conselhos municipais em um único local. Essa estrutura abrigaria reuniões, estações de trabalho e os recursos necessários para o funcionamento eficiente dos conselhos.

Programa Contas Abertas e Portal da Transparência: O objetivo é reformular e expandir o Programa Contas Abertas e o portal da transparência. Essas melhorias visam fornecer informações mais diretas e acessíveis aos cidadãos, promovendo a transparência na gestão pública.

Observatório de Políticas Públicas: Propõe-se a criação de um Observatório em parceria com núcleos de estudos universitários e conselhos municipais. Esse observatório seria responsável por elaborar indicadores, índices, pesquisas e sistemas de gerenciamento para analisar o alcance e a efetividade das políticas públicas.

2.3 Construir ações para uma Governança Digital efetiva

Aplicativo de Serviços Públicos: Criaremos um aplicativo de serviços públicos em parceria com a universidade e o Polo Tecnológico. Esse aplicativo permitirá que os cidadãos encaminhem demandas, solicitem serviços, acompanhem obras e dialoguem diretamente com os setores responsáveis na Prefeitura.

Acesso à Internet nas Praças e Espaços Públicos: Ampliaremos o acesso à internet gratuita em praças e espaços públicos da cidade, oferecendo conexão Wi-Fi livre de qualidade para os cidadãos.

Sistema Digital para Participação Cidadã: Desenvolvemos um sistema digital que possibilitará, protocolo digital para envio de propostas, votação sobre temas relevantes para a cidade, realização de audiências públicas digitais, coleta de opiniões por meio de enquetes e pesquisas, consultas públicas para envolvimento da comunidade e sugestões e avaliações sobre as ações do governo.

3. Desenvolvimento Urbano Sustentável, Direito à Cidade, Mudanças Climáticas e Resiliência

A proposta de Desenvolvimento Urbano para o Plano de Governo 2025/28 tem como objetivo manter os avanços já conquistados e aprimorar os objetivos ainda não alcançados ou em construção. Para isso, será formulada uma proposta de planejamento e gestão urbana que visa melhorar a prestação de serviços públicos por meio da modernização, recuperação econômica, transparência e participação popular, considerando-se o longo período vindouro de recuperação pós enchente de maio de 2024.

O foco é descrever ações estratégicas para o desenvolvimento econômico, aprimorar a mobilidade urbana, efetivar a Regularização Fundiária, minimizar os impactos ambientais e as mudanças climáticas, preservar o patrimônio histórico, implementar políticas de acessibilidade e qualidade de vida, reduzir desigualdades, promover a inclusão social e fomentar a inserção metropolitana estabelecendo uma relação harmônica com os municípios do entorno e região . Tudo isso por meio de uma política de desenvolvimento urbano sustentável e uma gestão comprometida com a resiliência no presente e o futuro de São Leopoldo, utilizando-se do Plano Diretor como instrumento de planejamento estratégico de longo prazo, através do conhecimento técnico, político e de saber popular.

3.1 Planejamento Urbano e Direito À Cidade

Propomos aprimorar diretrizes que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a ocupação ordenada do espaço urbano, garantindo o cumprimento de suas funções sociais e da propriedade urbana. Algumas das medidas incluem:

Participação Democrática: Fomentar a participação da sociedade civil organizada por meio dos conselhos populares e do COMPLAD, no planejamento urbano, visando à gestão democrática da cidade e à avaliação contínua do Plano Diretor.

Instrumentos Urbanos: Desenvolver instrumentos como a Operação Urbana Consorciada, a Transferência do Direito de Construir (TDC) e a venda de índice construtivo. Essas ferramentas podem impulsionar projetos de inclusão urbana, indução do desenvolvimento e preservação do patrimônio histórico.

Gestão de Áreas Públicas: Finalizar o inventário das áreas públicas, valorizando-as e ampliando o acesso por meio de uma melhor gestão e regularização dos usos e ocupações, destinando-as adequadamente aos usos legais previstos.

Mobilidade Urbana: Implementar obras de mobilidade urbana para integrar diferentes modais de transporte.

Transversalidade: Integrar obras, mobilidade, meio ambiente, patrimônio histórico, desenvolvimento econômico, territorial e regional no planejamento urbano.

Planejamento Integrado: Estabelecer um planejamento urbano integrado com base nos 6 eixos do Plano Diretor, buscando uma cidade mais inclusiva e com pleno desenvolvimento do território.

Indústria 4.0 e Cidade Inteligente: Incentivar o uso e ocupação do território pela indústria 4.0, valorizando o Polo Tecnológico, conectando São Leopoldo internacionalmente com cidades inovadoras.

Parcerias Regionais: Incentivar o desenvolvimento integrado com municípios do Vale dos Sinos e da Região Metropolitana.

Infraestrutura Estruturante: Projetar e desenvolver obras estruturantes para oferecer infraestrutura urbana adequada.

Inovação Tecnológica: Implementar novas ferramentas de planejamento e gestão urbana por meio da inovação tecnológica e sistemas digitais.

Revitalização Urbana: avançar na revitalização da Rua Grande e entornos, impulsionando o comércio local com melhorias no calçamento, sistema de drenagem, despoluição visual e mobiliário urbano.

Potencializar os centros de bairros, revitalizando estas regiões para o desenvolvimento econômico e cultural, utilizando as experiências exitosas aplicadas na revitalização da Rua Grande.

Executar uma política de recuperação dos espaços históricos culturais, vinculados ao desenvolvimento urbano sustentável e econômico.

Mitigação de Riscos: Concluir o plano de mitigação de riscos em áreas identificadas, evitando ocorrências previsíveis de defesa civil e comunitária.

Regularização Fundiária: avançar com o Programa Regulariza São Léo.

Reorganização do Fundo Municipal de Habitação: Revisar e reorganizar o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, destinando fontes permanentes de receita.

Programa de Inclusão Urbana: Manter o Programa Inclusão Urbana para evitar despejos em áreas ocupadas irregularmente, possibilitando a regularização fundiária.

Lotes Urbanizados: Criar um programa de lotes urbanizados para reassentar famílias de baixa renda em áreas irregulares.

Produção Habitacional de Interesse Social: Desenvolver uma política de produção habitacional em parceria com entidades, cooperativas e associações habitacionais, viabilizando o financiamento de material de construção.

Parcerias com Cooperativas: Buscar parcerias com cooperativas habilitadas para construção de casas, atendendo à demanda habitacional dos lotes regulares da cidade.

Programa de Alternativas Tecnológicas para Habitação de Interesse Social: Desenvolver um programa que explore alternativas tecnológicas para a produção de moradias de interesse social. Isso inclui a incorporação de novos materiais e técnicas de construção, visando não apenas à habitação, mas também à geração de trabalho e renda.

Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais: Construir um plano para recuperar e melhorar unidades habitacionais de projetos antigos. Essa iniciativa visa atender às famílias que não conseguiram concluir suas habitações, como no caso do Programa de Subsídio à Habitação (PSH).

Lei de Assistência Técnica e Regularização Fundiária: Utilizar a Lei de Assistência Técnica para viabilizar a regularização em áreas passíveis de Regularização Fundiária, tanto públicas quanto privadas.

Unificação dos Procedimentos de Manejo Arbóreo: Unificar os procedimentos e a execução do programa de manejo arbóreo, desde a abertura do processo até a sua conclusão.

Desenvolvimento Sustentável e Ordenamento Urbano: Aprimorar diretrizes que promovam o desenvolvimento sustentável e a ocupação ordenada do espaço urbano, garantindo o cumprimento das funções sociais e da propriedade urbana.

Integração na Política de Desenvolvimento Urbano: Incentivar a transversalidade na Política de Desenvolvimento Urbano, integrando obras, mobilidade urbana, meio ambiente, patrimônio histórico, desenvolvimento econômico e territorial.

Reorganização do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano: Revisar e reorganizar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, destinando fontes permanentes de receita.

Plano Diretor Metropolitano: Protagonizar relação com os municípios da região metropolitana para o desenvolvimento do Plano Diretor Metropolitano.

Vias Estruturantes: estabelecer diretrizes para a revitalização das edificações ao longo da BR-116.

Revisar o Código de Obras: atualizar o código de obras em concordância com o novo plano diretor e demais legislações de utilização do espaço urbano.

Implementação de sistemas digitais de informações: implementar Certidões de Zoneamento, de localização, de lançamento tributário e informativa de forma digital, rápida e precisa.

Aprimoramento do Sistema de Proteção Contra Enchentes: projetar melhorias, executar e fiscalizar o Sistema de Proteção Contra Enchentes de forma efetiva e integrada com os municípios da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.

3.2 Sustentabilidade Socioambiental

Priorizar o fortalecimento do SISNAMA, aprimorando a legislação e os planos ambientais para assegurar a gestão, planejamento e controle ambiental.

Empregar o Barco Escola como ferramenta para conscientização, pesquisa, educação e controle ambiental.

Reformular o Programa de Arborização Urbana, estabelecendo um sistema de mapeamento e acompanhamento das ações de plantio na cidade, tanto públicas quanto privadas, visando alcançar o mercado de carbono.

Melhorar e consolidar a integração da Educação Ambiental do Município através do órgão de Gestão e Educação Ambiental – OGEA, promovendo a articulação dos programas e ações de educação ambiental do município.

Estabelecer uma fundação municipal para gerenciar as 4 unidades de conservação, 5 parques ambientais e 3 parques socioambientais.

Desapropriar, restaurar e implementar a Casa Roessler e a antiga sede da sociedade Humaitá, integrando educação, cultura, ecologia e esporte em parceria com meio ambiente e educação.

Intensificar a revitalização da orla do Rio dos Sinos e a estruturação do Parque Rua da Praia, potencializando o reencontro da cidade com o Rio dos Sinos e seus arroios.

Regularizar as 36 Áreas Protegidas de São Leopoldo.

Aprimorar o Museu do Rio dos Sinos, consolidando a estruturação do Fórum dos Arroios, dos Agentes Ambientais Comunitários, da nova Lei das Águas, da Biblioteca da Água e do Sarau do Rio.

Intensificar e aprimorar as Parcerias Internacionais em Inovação e Sustentabilidade, potencializando as Cooperações com a União Europeia (IUC-LAC), ICLEI (Pacto Global de Prefeitos pelo Clima, Projeto APL); CDP Cities (Inventário de GEE).

Fortalecer e expandir o programa municipal de Hortas comunitárias da cidade, disponibilizando recursos e articulando parcerias para ocupar os vazios urbanos.

Ampliar o IPTU Verde e criar o Selo Verde para empreendimentos ambientalmente sustentáveis.

Fortalecer a política municipal de recursos hídricos, integrada à visão socioambiental, potencializando o Programa de Preservação Hídrica e das Sub-Bacias - PRÓ-ARROIOS.

3.3 Saneamento Ambiental E Gestão De Recursos Hídricos

Queremos reafirmar nosso compromisso com o SEMAE público e principal patrimônio de todos os leopoldenses. A tragédia que vivemos das enchentes de maio de 2024, mostraram a importância de termos uma empresa pública organizada, com capacidade de investimento e condições técnicas e operacionais de atender a população quando ela mais precisa.

Garantir a todos e todas condições adequadas de habitação e moradia está intrinsecamente ligado ao saneamento como um pilar fundamental da política de urbanização e acesso à cidade. Em uma cidade com saneamento adequado, empresas se estabelecem, outras cidades se espelham, oportunidades de investimento internacional surgem e as bases materiais para emprego, geração de renda, economia circular e economia solidária são criadas.

Revitalização das redes de água do SEMAE, com a utilização de tecnologia e qualidade para revitalizar as redes de água, controle do desperdício de água e redução da necessidade de consertos, garantia da qualidade da água desde a Estação de Tratamento até as residências em São Leopoldo e com investimentos previstos superiores a R\$ 300 milhões nos próximos anos.

Tratamento de esgotos com a meta de alcançarmos 80% de tratamento de esgotos na cidade e com a construção da ETE Pradinho e extensão de 90 km de rede de esgotos.

Sustentabilidade energética com a transformação das unidades do SEMAE em modelos energeticamente sustentáveis ampliando os programas já em funcionamento de uso de energia renovável e de redução das emissões de carbono.

Drenagem e automação com a execução do plano de drenagem do município, integração da macro e microdrenagem, construção de Casa de Bombas na região Nordeste/Brás e revitalização de todo o sistema de bombeamento nas demais regiões da cidade junto ao conjunto de proteção às cheias e a ampliação do controle e automação em todos os sistemas.

Modernização e eficiência com a modernização do laboratório de tratamento de água, adoção de aplicativo para equipes de trabalho na rua e a automação do Sistema de Proteção contra cheias.

Reúso de água com o Programa de Estações de Produção de Água de Reúso, transformação do esgoto tratado em água para reúso e o uso em atividades não relacionadas ao consumo humano.

Setorização das redes de água com a expansão do trabalho de setorização por bairros, aumento dos Distritos de Medição e Controle (DMC) para 30 e o controle e redução de perdas de água.

Gestão da qualidade e participação pública com a agregação de novas ferramentas de gestão da qualidade, participação no Prêmio Nacional da Qualidade do Saneamento e o estabelecimento de metas públicas para o SEMAE.

Educação e sustentabilidade com a expansão do Programa Guardiões da Água para toda rede escolar, ciclo de palestras nas escolas e intervenções para promover o desenvolvimento sustentável.

Reaproveitamento de água da chuva com a implementação nas unidades do SEMAE e nas escolas e o incentivo ao uso de cisternas nas residências.

Atendimento virtual e transparência com a garantia de 100% de atendimento virtual e a formação de conselho com a comunidade para maior transparência.

Estudo para construção de uma nova estação de captação e tratamento de água na região norte da cidade.

3.4. Mudanças Climáticas

Continuar a fortalecer o Observatório de Mudanças Climáticas, mantendo a elaboração dos inventários anuais de Gases de Efeito Estufa (GEE) e monitorando as ações do Plano Local de Ação Climática (PLAC) através de um sistema de gestão.

Melhorar a legislação e as diretrizes para projetos municipais com o objetivo de combater as mudanças climáticas.

Expandir e aprimorar a Superintendência de Defesa Civil para minimizar os riscos de desastres e estar preparada para os cenários adversos das Mudanças Climáticas, especialmente considerando a previsão de aumento dos eventos climáticos extremos.

Estabelecer uma articulação regional para a gestão, modernização e monitoramento dos diques, utilizando novas tecnologias como sensores e estudos que permitam um alerta antecipado.

Intensificar o trabalho do grupo de fiscalização da proteção dos diques.

Fomentar o acesso à energia limpa e renovável para as populações de baixa renda, por meio de programas de eficiência energética com geração de energia fotovoltaica.

Visar a redução das emissões locais de GEE, com o objetivo de alcançar uma redução de 43% até 2030, no nível absoluto de emissões em comparação a 2019.

Preservar o ecossistema e melhorar a biodiversidade para garantir sua existência para as futuras gerações, levando em consideração as grandes mudanças previstas com as Mudanças Climáticas e alinhando-se ao pacto global 2020 da biodiversidade.

Maximizar as parcerias nacionais e internacionais estabelecidas para o desenvolvimento urbano sustentável, o combate ao aquecimento global e a agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3.5 Eficiência Energética

Construir e implementar planos de eficiência energética em todos os aparelhos públicos vinculados à prefeitura de São Leopoldo. Além disso, vamos formatar um manual de boas práticas para a utilização de energia.

Continuar a instalação de iluminação mais eficiente.

Consolidar a possibilidade de financiamento de uma usina municipal de energia fotovoltaica. Já estamos em tratativas com organismos internacionais da União Europeia, visando transformar São Leopoldo em uma referência regional no uso de energias renováveis.

Iniciar a mudança da matriz energética do transporte público para fontes com baixa emissão de carbono como a elétrica.

3.6 Resíduos Sólidos

A gestão dos resíduos urbanos é um dos maiores desafios para o município, e um fator fundamental para a nova concepção de 'cidades inteligentes e sustentáveis'. Para

enfrentar o cenário de crise e ineficiência que encontramos, com coleta domiciliar inadequada, contratos atrasados e estrutura de ecopontos comprometida, criamos o Programa Cidade Limpa e Consciente. Esse programa estrutura a Gestão dos Resíduos Sólidos no município por meio do tripé Serviços Públicos, Conscientização e Fiscalização.

Aqui estão as ações específicas:

Realizar a limpeza e cuidado com a qualificação dos serviços de roçada, capina e pintura de meio-fio (limpeza urbana), a abertura de novos entrepostos e o incentivo ao descarte correto dos resíduos sólidos extradomiciliares em todas as regiões da cidade.

Aperfeiçoar a coleta domiciliar e a coleta seletiva, avançando nas ações de logística reversa para lâmpadas, pilhas e lixo eletrônico com participação popular e a inovação tecnológica.

Conscientizar a população com Educação Ambiental para alertar sobre a responsabilidade com a limpeza e cuidado da cidade, evitando o descarte irregular e acúmulo de lixo nas ruas, praças e áreas verdes.

Ampliar e qualificar a fiscalização, coibindo o descarte irregular para garantir segurança, saúde e qualidade de vida, prevenir alagamentos e preservar o meio ambiente.

Reestruturar operacional e administrativamente os serviços públicos de limpeza urbana.

Assegurar sustentabilidade financeira nos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.

Implantar serviços públicos para limpeza de terrenos baldios, com responsabilização dos proprietários pelo custeio.

Ampliar o número de Ecopontos para 10 até 2028, regionalizados pela cidade.

Ampliar os Pontos de Entrega Voluntária (PEV) em órgãos públicos para receber pilhas/baterias e lâmpadas usadas.

Incentivar hábitos sustentáveis com a reciclagem dos resíduos sólidos com programa de compostagem e qualificar a coleta seletiva com participação popular.

Implantar coleta específica para resíduos orgânicos passíveis de compostagem.

Implantar planta de beneficiamento e valorização dos resíduos orgânicos, produzindo fertilizantes orgânicos para a produção de alimentos.

Ampliar a coleta específica para óleo de cozinha/fritura usado.

Realizar estudos para viabilizar a produção de energia elétrica a partir do resíduo sólido urbano.

Ampliar a fiscalização de limpeza urbana com mais fiscais e educadores ambientais.

Incentivar a ampliação do número de cooperados nas cooperativas contratadas, gerando emprego e renda. Priorizar catadores individuais, mulheres chefes de família e jovens desempregados.

Fortalecer o Fórum de Cooperativas com formação e assistência aos cooperados e criar uma central de processamento e comercialização de resíduos da coleta seletiva para agregar mais valor aos materiais coletados.

Criar um programa para eliminar todos os focos de descarte irregular de lixo extradomiciliar na cidade, com a participação da comunidade, associações de moradores e conselhos populares.

Criar programa para descarte correto de lixo eletro-eletrônico.

3.7 Mobilidade Urbana Sustentável

A mobilidade urbana sustentável busca equilibrar as necessidades de deslocamento da população com a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida na cidade. Investindo em sistemas de transporte coletivo, como ônibus, metrô ou trens, que sejam acessíveis, pontuais e com baixo impacto ambiental. Criando e mantendo ciclovias, ciclofaixas e bicicletários para incentivar o uso de bicicletas como meio de transporte. Garantindo calçadas bem conservadas, com rampas de acessibilidade, para pedestres e pessoas com mobilidade reduzida. Promovendo áreas de pedestres, praças e parques, tornando a cidade mais amigável para caminhadas e atividades ao ar livre. Estimulando a adoção de veículos elétricos e sistemas de compartilhamento de carros e bicicletas. Coordenando o uso do solo, transporte e infraestrutura para reduzir a necessidade de deslocamentos longos. Realizando campanhas educativas sobre mobilidade sustentável, segurança no trânsito e uso consciente dos recursos.

Lutar pela criação e implantação do Sistema Único de Mobilidade Urbana - SUM, sistema nacional que como os sistemas nacionais de saúde e assistência social, organizará e financiará esta importante política pública.

Avançar nos estudos e implantação do acesso universal ao transporte público, buscando alternativas de financiamento além da tarifa para chegarmos à tarifa zero.

Implantar linha de VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, tipo AeroMóvel ligando a Av. Thomas Edson, pela Av. João Correa, passando a Estação São Leopoldo do Trensurb até a Rótula do Rio Branco.

Plano Cicloviário Municipal com a consolidação do mapa de ciclovias na cidade, revitalização de ciclovias e ciclofaixas, abertura de novas rotas, campanhas de conscientização para segurança dos ciclistas e ações de participação popular.

Plano de Mobilidade a Pé – Acessibilidade, Passeio Público e Rotas com a definição de rede de caminhada e suas categorias, aplicação de acessibilidade nos passeios públicos, sinalização viária e semafórica, melhoria de mobiliários urbanos para segurança dos pedestres.

Programa de Proteção ao Pedestre - Segurança do Trânsito com a definição de zonas de máxima segurança ao pedestre na área central e nos bairros, instalação de faixas de segurança elevadas com sinalização luminosa, semáforos de pedestres com indicação em braile e sinal sonoro e campanha de conscientização com envolvimento da população.

Fortalecimento do Sistema Municipal de Transporte Público com a integração com o Trensurb e outros modais de transporte, ampliação de linhas transversais e interbairros e aumento de horários conforme a demanda.

Redução do Custo da Tarifa de Ônibus para Trabalhadores e Trabalhadoras com a exploração de novas formas de financiamento, como a municipalização da CIDE, redução do ICMS sobre o Diesel utilizado no transporte público e a criação de fundo nacional para financiar transporte público e garantir direitos já conquistados.

Aplicativos para Mobilidade Urbana com o lançamento de aplicativo para acesso aos ônibus, controle de horários, rotas e lotação em tempo real e informações dos demais modais de transporte.

Melhoria das Paradas de Ônibus com nova identificação visual com numeração e a ampliação da iluminação nos abrigos, priorizando os pontos mais utilizados.

Planejamento Urbano e Tratamento de Congestionamentos com o tratamento de pontos críticos de congestionamento no trânsito e definição de novas rotas.

Organização do Transporte de Cargas com o atendimento ao transporte de cargas perigosas e o gerenciamento das cargas e descargas na região central e em áreas com grande fluxo.

Serviço Motofrete e Entregas por Aplicativo com a organização e capacitação desses serviços.

Qualificação da Sinalização Viária com a melhoria das pinturas, placas e semáforos e ampliação da central atual com semáforos inteligentes e energia solar nos principais cruzamentos.

Reorganização da Entrada da Cidade via Av. Dom João Becker com a diminuição dos congestionamentos, ordenamento do espaço em acordo com a revitalização da Rua Independência e a valorização da região como espaço público, histórico e cultural.

Fundo Municipal de Mobilidade Urbana Solidária com a garantia de acesso a serviços públicos essenciais, busca de emprego, lazer e cultura para pessoas com vulnerabilidade social.

3.8 Parques E Praças

Praças e parques transcendem sua função como meros espaços públicos de lazer. Essa definição, por si só, já ressalta sua relevância na vida urbana e a necessidade de mantê-los limpos e bem cuidados.

Reconhecemos que essas áreas fazem parte do território público do município e devem também contribuir para a organização comunitária. Elas são espaços vivos de participação popular e fundamentais para a construção da identidade cultural de cada região.

Praças são bens públicos, locais de encontro e, portanto, devem ser mantidas de forma pública, zeladas e construídas com a colaboração dos cidadãos que delas usufruem. Elas representam saúde, cultura, esporte, lazer e solidariedade. A qualidade de vida da nossa população está diretamente ligada ao cuidado que a administração pública dispensa a esses espaços.

A seguir, as ações propostas para aprimorar nossas praças:

Aprimorar o Programa de Renovação das Praças, expandindo os serviços já oferecidos, como a instalação de iluminação em LED, acesso à internet, novos brinquedos, limpeza, poda e manutenção geral.

Ampliar o acesso à internet nas praças da cidade.

Instalar iluminação em LED, com controle remoto e dimerização, em todas as praças municipais.

Criar conselhos de praças para todas as áreas, formando uma rede municipal de participação.

Expandir o Programa “Vem pra Praça”, com um calendário anual de eventos nas principais praças de cada região, descentralizando o acesso à cultura, à comercialização de produtos da economia popular e aos serviços públicos municipais.

Ampliar a ferramenta “Conheça Nossas Praças”, incluindo informações fornecidas pelas comunidades sobre cada praça.

3.9 Iluminação Pública

A iluminação pública desempenha um papel fundamental no pleno exercício da cidadania. Ela impacta diretamente a ocupação dos espaços públicos durante a noite, a mobilidade e a segurança das pessoas, bem como a disponibilidade de comércio e serviços. Além disso, influencia as condições de tráfego de veículos e a operação do transporte público.

Para atender a essas necessidades, propomos as seguintes ações:

Ampliar e qualificar o Programa Cidade Iluminada: Investir na melhoria da manutenção da rede atual.

Aumentar a iluminação em pontos vulneráveis para segurança pública: Isso inclui passarelas, praças, escadarias, abrigos de ônibus, viadutos e becos de servidão. O objetivo é reduzir a insegurança das pessoas que transitam nesses locais.

Promover a Eficiência Energética: Substituir toda a iluminação pública da cidade por lâmpadas mais eficientes e de menor consumo, como as tecnologias LED. Além disso, implementar um sistema de controle remoto por dimerização para economizar na manutenção e no consumo de energia elétrica.

Criar uma central de serviços de iluminação pública de fácil acesso à população.

Desenvolver um programa de eficiência energética na administração pública: Isso inclui campanhas para economizar energia e incentivar o uso de fontes limpas e renováveis.

Promover o uso racional e sustentável da energia elétrica pela população de São Leopoldo, incentivando o uso de fontes renováveis.

3.10 Habitação

Programa de Inclusão Urbana: Manter o Programa Inclusão Urbana para evitar despejos em áreas ocupadas irregularmente, possibilitando a regularização fundiária.

Lotes Urbanizados: Criar um programa de lotes urbanizados para reassentar famílias de baixa renda em áreas irregulares.

Produção Habitacional de Interesse Social: Desenvolver uma política de produção habitacional em parceria com entidades, cooperativas e associações habitacionais, viabilizando o financiamento de material de construção.

Parcerias com Cooperativas: Buscar parcerias com cooperativas habilitadas para construção de casas, atendendo à demanda habitacional dos lotes regulares da cidade.

Programa de Alternativas Tecnológicas para Habitação de Interesse Social: Desenvolver um programa que explore alternativas tecnológicas para a produção de moradias de interesse social. Isso inclui a incorporação de novos materiais e técnicas de construção, visando não apenas à habitação, mas também à geração de trabalho e renda.

Desenvolver uma política habitacional em sintonia com o Governo Lula que permita o acesso à moradia digna para no mínimo 5 mil famílias.

Desenvolver uma política tributária justa para atender as famílias mais necessitadas no programa de regularização fundiária, e na produção habitacional.

Incentivar o associativismo e o cooperativismo habitacional.

Incentivar a Produção Habitacional do Programa MCMV Entidades, bem como viabilizar a implementação de projetos de habitação da iniciativa privada e do Governo Federal.

Casas para atender a reconstrução da cidade em lotes regulares ou passíveis de regularização onde estas foram consideradas destruídas ou gravemente danificadas, por Laudo de profissionais a serviço da Defesa Civil. Propomos reconstruir as casas nos mesmos terrenos que estão localizados em áreas protegidas pelo Sistema Contra Cheia, mas que neste evento colapsou. Considerando que a União, Estado e Prefeituras vão atualizar o Sistema de Proteção para os parâmetros da enchente de maio de 24 revisando níveis e estruturas dos diques, modernizando as Casa de Bombas e implantando planos e protocolos de manutenção e contingenciamento para as regiões protegidas reconstruindo nos mesmos lotes onde já há infraestrutura implantada.

Recuperação das casas: Desenvolver um programa municipal em parceria do Governo do Estado e do Governo Federal, que possa garantir recursos necessários para as famílias realizarem as reformas de suas moradias e empreendimentos afetados pela calamidade, localizados em lotes regulares ou passíveis de regularização.

Aluguel social: Propomos que o Aluguel Social seja uma política que garanta em caso de necessidade, para famílias oriundas de áreas de risco, atingidas por calamidade pública, mulheres vítimas de violência e outras situações de necessidade, como garantia de moradia por um período transitório.

Construção de alternativas

Acompanhar, mediar e propor uma política para buscar soluções das áreas de ocupações com o fortalecimento do Programa Inclusão Urbana, para atender o direito à moradia digna.

Buscar soluções para os Empreendimentos Habitacionais já implantados, retomando o fórum dos Condomínios para desenvolver políticas para resolver os conflitos e que tragam melhorias nas suas estruturas e garantam melhores condições de sociabilidade e convívio social.

Buscar recursos subsidiados para alternativas de Geração de Energia (eólica ou solar) e menor consumo de água.

Buscar Orientação aos condôminos, fazer parceria com as universidades ou entidades de classe no sentido de otimizar a administração, organizar e criar formas de sustentabilidade do condômino.

Regularização Fundiária

Fortalecer o Programa Regulariza Mais São Leo, com o objetivo de avançar na política de regularização fundiária garantindo que mais lotes sejam regularizados na cidade.

Criar uma legislação municipal para a REURB, nos parâmetros da legislação federal.

Efetivar e garantir recursos ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Fortalecimento e reformulação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse social – (CMHIS): Tripartite – 1/3 representantes do governo, 1/3 de representantes das entidades de classe, 1/3 de representante da sociedade civil organizada;

Implementar instrumentos previstos no Plano Diretor e Estatuto das Cidades.

4. Políticas Sociais e Garantia de Direitos

4.1 Saúde Pública

As propostas são elaboradas a partir de um projeto que tem compromisso com a construção de um Sistema Único de Saúde forte e que atenda toda a população de forma eficiente, inclusiva e que prioriza a saúde coletiva, a atenção aos mais vulneráveis e não só ao tratamento de doenças.

Em nossa cidade são inúmeros os avanços nos últimos 8 anos no governo popular liderado pelo prefeito Ary Vanazzi com o programa Nova Saúde São Léo que fizeram a cidade enfrentar com coragem e determinação uma Pandemia Mundial, uma severa

epidemia de dengue e a maior catástrofe climática da história de nossa cidade, estado e nação.

A construção de dez novas unidades de saúde, com ampliação das equipes, e o programa Nova Saúde + Acesso onde se estendeu os horários de atendimento, inclusive em finais de semana, permitiu que o atendimento básico passasse de 35% para 75 % da população, deixando o primeiro atendimento e a prevenção/promoção de saúde mais perto da casa das pessoas, bem como a ampliação dos serviços de diagnóstico rápido, cuidados imediatos e de baixa complexidade.

O programa Agiliza São Léo, em parceria com o programa de redução de filas do Governo Lula, já realizou milhares de cirurgias de Câncer, cataratas, hérnia, vesícula, bexiga e uretra, bem como a ampliação dos diagnósticos coloca a cidade em um patamar de a partir de 2025 não mais necessitar trabalhar com longas filas de espera, dor e sofrimento.

A ampliação da vacinação, das salas de vacina e das profissionais vacinadoras, fizeram nossa cidade ser referência na vacinação do Covid, melhorando seus indicadores de aplicação de todas as vacinas num período onde os genocidas fizeram aberta campanha de invalidação e descrédito da vacinação e da ciência.

A reconstrução da infraestrutura e o reaparelhamento tecnológico com a realização de mais de 30 obras, o investimento de mais de 20 milhões em novos equipamentos, e a abertura de uma emergência pediátrica deram um salto de qualidade na atenção hospitalar de nosso município. A gestão técnica comprometida, aliada com a humanização das portas de entrada e um investimento de mais de 30 % do orçamento livre da prefeitura municipal em saúde fizeram do nosso querido Hospital Centenário uma referência no enfrentamento a Pandemia de Covid, e no enfrentamento a tantas outras situações como a epidemia de dengue e a maior tragédia de nossa história.

A informatização, com prontuário Único do cidadão no SUS, bem como a criação de canais de comunicação e de telessaúde como o Zap da saúde e Unitelecuidado contribuíram significativamente para a qualidade do atendimento integral das pessoas no sistema, bem como facilitam o acesso de quem mais precisa ao atendimento adequado.

A criação da Fundação Municipal de Saúde, que passa a assumir já em 2024 serviços de atendimento à população com concurso público para profissionais qualificados para a saúde pública, e processos administrativos ágeis cria as condições para um ganho de qualidade total no sistema, seja com com inovação e tecnologia, já que sua estrutura é formatada sob os parâmetros da Lei de Inovação Tecnológica.

Vários foram avanços técnicos e de gestão, como a recomposição do quadro de trabalhadores e trabalhadoras da saúde mental, a duplicação do atendimento em Saúde Bucal, a implantação do protocolo de enfermagem, do protocolo de saúde integral da mulher e o de saúde integral da criança, bem como a elaboração do protocolo de saúde do idoso,

ou a própria criação do Centro Municipal da Pessoa Idosa. Mas também há muito o que Avançar e Reconstruir e é a isso que este programa de governo se dedica.

De modo geral, as propostas visam: fortalecer a atenção à saúde, garantir a integralidade do cuidado e expandir o acolhimento. A necessidade da ampliação para o cuidado em saúde mental, desenvolvimento da gestão e da participação popular, de modo a fortalecer o **SUS** como um sistema que é **Universal**, atendendo todas e todas, com **Equidade**, priorizando o atendimento a populações vulneráveis como Idosos, Crianças, Mulheres, negras e negros e a população LGBTQIAP+, e **Integral**, ou seja considerando as pessoas como um todo e promoção da qualidade de vida e não tratando doenças isoladamente.

As propostas prioritárias foram traçadas a partir de encontros da setorial de saúde, com definição de objetivos e ações a partir da análise das propostas da Conferência Municipal de Saúde, das metas do Plano Municipal de Saúde 2021/2025, dos Relatórios Técnicos elaborados e da contribuição de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema de Saúde de nossa cidade:

Ampliar até 2028 para 100% de cobertura de atenção básica e ampliar a cobertura de Estratégia Saúde da Família com ampliação das equipes, com pelo menos uma unidade de saúde atendendo até as 22 horas por região da cidade. A Estratégia de Saúde da Família é o modelo de atenção à saúde prioritário a ser implementado, pois promove além da recuperação de agravos, a promoção da saúde e a prevenção de doenças, oferecendo um cuidado continuado à saúde, além de facilitar o acesso da população aos serviços. Tem o foco no cuidado integral, no bem-estar e na qualidade de vida a partir da atuação de uma equipe multidisciplinar, com agentes de saúde e endemias presentes nos territórios, atendimento domiciliar e campanhas de saúde comunitária.

Implementar ações que ampliem a cobertura de vacinação com a garantia do funcionamento integral das salas de vacina com ampliação dos horários para as 20 hs, o estabelecimento de pontos fixos de vacinação em locais de grande circulação, a criação da “Casa da Vacina” e cronogramas itinerantes de mobilização em todas as regiões.

Fortalecer ações para o cuidado integral da saúde de crianças e adolescentes, garantindo o atendimento de todas as crianças e adolescentes na rede de atenção básica; construir referência pediátricas regionalizadas por meio de apoio matricial, telesaúde e consulta especializadas; Ampliar o Programa Primeira Infância Melhor; Ampliar o Programa Saúde na Escola; Qualificar o Centro Materno Infantil; Efetivar a intersetorialidade como eixo estruturante e fundamental da política de atenção à infância e adolescência, garantindo a integralidade do cuidado e contemplando ações preventivas

referentes à saúde sexual e reprodutiva, de gênero, nutricional, saúde bucal, vacinas e saúde mental.

Constituir um **Programa de cuidado Centrado nas mulheres** com as necessidades e desejos das mulheres como ponto focal de todas as ações; **Culturalmente sensível:** Os serviços devem ser adaptados às diferentes culturas e realidades locais; **Intersetorial:** A articulação entre diferentes setores, como saúde, educação, justiça e assistência social, é fundamental para garantir a integralidade do cuidado; **Equitativo:** O acesso aos serviços deve ser garantido para todas as mulheres, independentemente de sua raça, etnia, classe social, orientação sexual ou identidade de gênero. Promovendo o empoderamento de mulheres para contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com as ações apresentadas no item do programa de governo das mulheres neste documento.

Fortalecer ações de Cuidado à Saúde sexual e reprodutiva das mulheres, como o apoio ao planejamento reprodutivo, o fortalecimento da Rede Cegonha, o pré-natal em tempo oportuno, e a política nacional de parto humanizado no SUS; Ampliar oferta de exames de mamografia e eco mamária; Ampliar proporção de gestantes, com no mínimo, 6 consultas pré-natal; Ampliar a proporção de gestantes com atendimento odontológico; Ampliar a cobertura de exame cito patológico; Aumentar a conscientização sobre sífilis/HIV/IST's em gestantes e não gestantes, para reduzir o número de casos;

Implementar o Programa de Saúde da Pessoa Idosa: Recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; Investir em ações e qualificação das equipes de saúde, para garantir acolhimento, escuta e cuidado da população idosa, sobretudo na dimensão da saúde mental; Ampliar espaços de convivência, para lazer e para prática do movimento humano, com orientação profissional e enfatizando a promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Garantir a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde com a garantia do envolvimento dos idosos na definição das prioridades e na gestão do programa.

Ampliar o acesso à Assistência Farmacêutica construindo Farmácias regionais em cada região da cidade ; Implantar farmácia na UPA até às 22hs, inclusive em finais de semana e feriados; Promover o uso racional de medicamentos, através da integração da assistência farmacêutica, evitando os riscos da polifarmácia, principalmente em em grupos

vulneráveis, usuários idosos e de saúde mental. Bem como ampliar a Farmácia Viva e o uso de Fitoterápicos(chás e medicamentos naturais) em substituição ou complementação aos tratamentos tradicionais. Ampliar o número de profissionais farmacêuticos na rede para acompanhamento farmacêutico(consulta farmacêutica) nas UBS.

Qualificar a atenção às pessoas com doenças crônicas e doenças infecciosas;

Ampliar e qualificar o atendimento aos pacientes diabéticos e hipertensos em todos os níveis de atenção; Ampliar o cuidado aos pacientes portadores de anemia falciforme;Ampliar a oferta de exames e testes rápidos em todas as unidades de saúde;Instituir um programa municipal que realize a entrega de insumos e medicamentos para acamados em casa; Ampliar a adesão e tratamento da tuberculose; Ampliar o horário de atendimento do Serviço de Atenção Especializada (SAE). Investimento em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para o cuidado em saúde, inclusive em tecnologias de telemonitoramento.

Fortalecer a vigilância em saúde para enfrentar surtos, epidemias e emergências em saúde;

Garantir a obrigatoriedade do preenchimento qualificado e correto da ficha do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN) em todos os níveis de atenção da rede de saúde e da rede intersetorial.Garantir e efetivar a notificação de casos de violência, com atenção às situações de violência de gênero e de pessoas idosas em todos os serviços de saúde, público e privado, prevendo-se capacitação dos profissionais para o preenchimento.

Qualificar a Rede de Atenção especializada .Implementar o Programa "**Mais Acesso à Especialidade**" do Ministério da Saúde, diminuindo o tempo de espera; **Construir o Novo Centro de Especialidades do PAC** (anexo ao Hospital Centenário) e implementar os Ambulatórios Multiprofissionais na Atenção Especializada, com suporte de telessaúde aos atendimentos nos territórios.

Ampliar, fortalecer e efetivar a rede de atenção psicossocial, em consonância aos preceitos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, com atenção em saúde mental nos territórios e preparação das equipes para catástrofes e emergenciais;

Implantar e implementar a rede de atenção à pessoa com mobilidade reduzida de acordo com a política nacional de saúde da pessoa com deficiência.

Ampliar o Acesso a serviços de Saúde com Acolhimento Humanizado .Instituir o acolhimento, pautado na Política Nacional da Humanização (PNH), como diretriz municipal de acesso em todos os serviços de saúde do município, nos diferentes níveis de atenção, enquanto ferramenta para a garantia da equidade; Garantir atendimento humanizado à população LGBTQIAP+, população negra, indígena, cigana, com obesidade, idosos, autistas, pessoas com deficiência, refugiados, imigrantes e pessoas em situação de rua e em situação de vulnerabilidade.

Consolidar a Implementação do SUS Digital -Adotar estratégias de transformação digital no SUS, entre elas: Ampliação dos serviços e funcionalidades do Zap da Saúde São Léo;Reforçar os mecanismos de transparência e controle social; Desenvolver a UBS digital;. Implementar agendamento de consultas e exames, telemedicina e telemonitoramento de pacientes, permitindo um acompanhamento contínuo e personalizado por parte dos profissionais de saúde.;. Implantar ferramentas de inteligência artificial para aprimorar a gestão e o cuidado, complementando o atendimento presencial; Concluir a Integração do Prontuário eletrônico do Usuário do SUS em toda a rede de saúde, avançando para fornecedores e prestadores de serviço, garantindo que toda a informação sobre o Itinerário terapêutico de cada cidadão e cidadã possua registro em sistema.

Fortalecer a integração entre serviço e o tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) aproximando as universidades públicas e comunitárias com a Rede de Atenção à Saúde (RAS), ampliando a presença de programas de residências na rede Municipal de Saúde, a inovação e a pesquisa no município.

Apoiar a implantação dos Conselhos Locais de Saúde;.Fortalecer o Controle Social no SUS a fim de garantir a democracia participativa como forma de participação popular nos processos decisórios, fortalecendo, assim, as instâncias de controle e de participação social, conforme previsto na Lei Federal nº 8142/1990, que determina o papel do controle social da saúde; .Fomentar e ampliar a divulgação e informação de usuários/as sobre seus direitos e deveres, acesso aos serviços de saúde e fluxo de encaminhamentos da rede municipal, promovendo espaços para divulgação e discussão dos mesmos.

Qualificar e Fortalecer o Hospital Centenário; Consolidar o Hospital Centenário como Hospital de Ensino no Ministério da Saúde; Buscar através do alinhamento aos programas do Ministério da Saúde a ampliação dos recursos para o funcionamento do

Hospital; Construir uma dinâmica permanente de realização de procedimentos eletivos que elimine as filas de procedimentos de cirurgia geral e oncológicos para os quais o hospital é habilitado; Ampliar a mobilização para que o governo estadual aumente o financiamento para os hospitais públicos e cumpra com mínimo constitucional do investimento em saúde;

Implementar o Centro Especializado em Reabilitação - O CER será um ponto de atenção ambulatorial especializada que realizará atendimentos em modalidades de reabilitação (física, auditiva, intelectual e visual) e será constituído por equipes multiprofissionais em saúde e abarácará **Consultas médicas especializadas** (como Oftalmologia, otorrinolaringologia, neurologia, ortopedia, entre outras), **oferta de Terapias** (com profissionais de Fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, etc.) além de **Avaliação e adaptação de equipamentos** (Cadeiras de rodas, próteses, órteses, aparelhos auditivos, etc.) e **Orientação e acompanhamento**, oferecendo suporte à pessoa com deficiência e seus familiares. Assim, vamos garantir a integralidade do cuidado à **Saúde da Pessoa com Deficiência, Autismo** e outras enfermidades que diminuem a autonomia e a possibilidade de uma vida plena de nossa população.

Ampliar o uso de Novas Tecnologias no SUS. Estabelecer junto ao Tecnosinos e a Fundação Municipal de Saúde que é uma instituição de Ciência e Tecnologia do SUS a busca por fomento junto a política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do SUS do ministério da saúde para a implantação de equipamentos de Diagnóstico Instantâneo, Testes Rápidos, e tecnologias duras inovadoras como a “Bolha de Oxigênio” utilizada no Hospital Centenário, construindo as condições para tratamento rápido de doenças e enfermidades; Buscar apoio em instituições do conhecimento para a Inovação de processos, como a implantação do protocolo Lean de emergências; Ampliar o uso de ferramentas Big Data para controle de informações sanitárias no município;.

4.2. Educação

Esta proposta de plano de governo municipal tem como foco central a educação, vista como pilar essencial para a construção de uma cidade educadora, justa, humana, inclusiva, sustentável, tecnológica e igualitária. Tem como meta proporcionar atendimento integral aos estudantes, valorizar a carreira docente, ampliar a democratização na gestão escolar e fortalecer as parcerias e ações junto às comunidades locais. Este plano busca ampliar e fortalecer a educação, as escolas municipais, promovendo a inclusão e buscando garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a um ensino que os prepare para o presente

e o futuro, sem perder de vista o que já passou. Almejamos continuar transformando a educação pública em um instrumento de emancipação social, assegurando a qualidade, a equidade e a inclusão.

Centralidade no planejamento da cidade a partir das Infâncias, com aprovação do Plano Municipal da Primeira Infância e Conferência das Infâncias.

Zerar fila de vagas na etapa creche (0 a 3 anos).

Criar os Laboratórios da Curiosidade.

Revitalizar as pracinhas, com a criação de espaços brincantes na cidade.

Recuperação Integral das escolas atingidas pela enchente

Construção de novas escolas EMEI e EMEF. Ampliação das escolas e execução de obras já encaminhadas (Ex. cobertura de pátio na EMEI Antônio Leite, novas salas nas EMEFs Paulo Beck e Otília Rieth).

Ampliação da área externa e banheiros na EMEI Acácia Mimosa.

Reposição dos mobiliários e equipamentos para todos os ambientes, reposição de telas interativas, kits de robótica e chromebooks, computadores e impressoras e recomposição dos pisos externos.

Consolidar a Educação Integral numa Cidade que Educa.

Estabelecer a Educação em tempo integral para todos, como diretriz de planejamento da educação no município.

Criar o 1º Centro de Educação de Tempo Integral Anísio Teixeira - CETI Anísio Teixeira.

Avançar com mais educação de tempo integral, com a criação de Nova EMEF de tempo Integral na zona Sudeste (Vila Nova e Manuela), nova EMEI na região Oeste, (PAC São Miguel), nova EMEI na região Sudeste, (Novo PAC), e a nova EMEI na região Norte, (Novo PAC), entre outras.

Construir espaços e parcerias como Centro de referência para atividades de contraturno escolar (oficinas de dança, música, teatro, esportes).

Implantação do Programa Municipal de Escola Aberta

Abertura da escola nos finais de semana para acesso de toda a comunidade, em parceria com outras secretarias e OSCs, com a oferta de oficinas de atividades diversas para todas as idades (uso da quadra poliesportiva, aulas de dança, judô, capoeira, teatro, música, ginástica da melhor idade, artesanato...), Feiras da Economia solidária, Eventos para a juventude (Hip Hop, festival de bandas), Eventos culturais descentralizados.

Valorização de Profissionais de educação e qualificação do atendimento de crianças e estudantes

Realizar concurso público para todas as áreas de formação do magistério, discutindo a possibilidade da criação dos seguintes cargos, Auxiliar de Educação (Apoio à Ed. Infantil e Inclusão), Orientador Educacional, professor de libras e de tradutor e intérprete de libras.

Ampliar o Programa Bolsa Mestrado.

Tecnologia, Pesquisa e Inovação

Atualizar o conceito dos ambientes de tecnologia nas escolas (EVAM), com o investimento em novas tecnologias que estimulam a criatividade e a criação de um ambiente conceitual de criação e pesquisa,

Promover a MOTIC à referência de feira nacional , com estrutura logística apta a receber estudantes de todas as localidades, bem como a inclusão de espaço para apresentações de pesquisas acadêmicas voltadas à educação.

Implantar os Laboratórios de Criação, Inovação e Pesquisa - LACIP.

Ampliar as parcerias com os setores da sociedade, fortalecendo programas como os 3 mil Talentos e outras iniciativas com entidades e universidades para a formação profissional e cidadão.

Gestão participativa

Instituir o Orçamento Participativo da Educação.,

Implantar o Programa Escola Aberta.

Realizar a Constituinte Escolar com a participação de toda comunidade.

Pacto pelo ensino e aprendizagem

Realinhar a orientação curricular da rede municipal, tendo em vista as consequências sociais e pedagógicas provenientes da Pandemia de COVID-19 (2020 - 2022) e da tragédia climática 2024.

Implementar, em parceria com as Universidades, o Observatório para as aprendizagens para identificar as fragilidades educacionais e construir estratégias para superação.

Consolidar a implantação do IFSUL São Leopoldo - Instituto Federal de Educação, importante conquista para nossa cidade garantindo formação integral e cidadã.

Práticas inclusivas

Garantir a aquisição de tecnologias assistivas.

Criar um Programa de formação continuada que atenda às demandas contemporâneas de Inclusão, com a Revisão Curricular à luz das novas abordagens e necessidades de aprendizagens.

Fortalecer políticas que contemplem a diversidade social, étnico-racial, de gênero, religiosa, sensorial e cognitiva.

Educação para o enfrentamento das mudanças climáticas

Realizar a revisão do currículo escolar à luz das questões ambientais, com a constituição de comitês de emergências climáticas e a adequação das escolas para acolhimento em situações de calamidades.

Implantar o Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEA), bem como fomentar ações de educação para a sustentabilidade e para a emergência climática a partir dos núcleos e centros ambientais.

Qualificação da Infraestrutura da Rede Municipal de Educação

Modernizar e qualificar as estruturas físicas das escolas, dando continuidade às obras de ampliação predial, às obras de revitalização das quadras esportivas, com substituição das redes, ao programa de climatização com execução de subestações de energia elétrica, ao

programa de manutenção e reforma de telhados e rede elétrica dos prédios escolares, à revitalização das áreas externas e de convivência, à aquisição e instalação de playgrounds em todas as escolas, ao programa de substituição dos revestimentos de pátio por PAVs, a pintura externa das escolas e a revitalização das fachadas, muros e calçadas,

Continuar a qualificação e segurança da Infraestrutura das escolas, como a construção de Auditório na EMEF Olímpio Vianna Albrecht, ampliação EMEF Barão do Rio Branco (Projeto já em andamento), ampliação da EMEF Otília (Projeto já em andamento), ampliação da EMEF Paulo Beck (projeto já em andamento), ampliação da EMEI Acácia Mimosa (projeto já em andamento), cobertura no Pátio da EMEI Antônio Leite (Projeto já em andamento), construção de vestiários e banheiros na quadra EMEF Paulo Couto, construção de 2 novas salas na EMEF Santa Marta (atendimento educação Infantil), reforma completa do auditório na EMEF Gusmão Britto e ampliação da EMEI Sonho Nosso (Etapas II e III).

4.3. Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

Visando a autonomia dos usuários da Assistência Social no município, a reconstrução da cidade e das suas regiões periféricas, o cuidado comunitário social da população idosa e a qualificação nos dados referentes aos usuários do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, apresentamos as seguintes propostas.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Implementar um Departamento de Vigilância Socioassistencial

Adquirir um Sistema de Gestão de Dados do SUAS, abarcando aparelhos públicos e instituições parceiras e conveniadas.

GESTÃO

Implementar uma coordenação de calamidades permanente, que terá a responsabilidade de articular as ações do SUAS perante uma calamidade pública, de reconstrução pós- calamidade e ações de prevenção dentro da tipificação do SUAS. Integrada ao Plano de Contingência Municipal.

Garantir a ampliação do programa de transferência de renda municipal;

Garantir a equipe mínima de todos os serviços do SUAS, aumentar e qualificar as equipes de referência de acordo com a demanda do território capilé, entendendo as implicações das calamidades e período de reconstrução e as adaptações dos serviços;

Implementação do Plano Municipal de Educação Permanente, visando a qualificação das equipes de referência;

Garantir a continuidade do São Léo Mais Comida no Prato e programas que qualificam as cozinhas sociais, visando sua autonomia;

Garantir a continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA);

Separar a Diretoria de Proteção Social Especial em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Valorizar as parcerias com as instituições conveniadas;

Elaborar um plano municipal intersetorial para população em situação de rua, e para a população idosa;

Apoiar o acesso para garantir a efetivação dos mecanismos de seguridade social;

Qualificar a estrutura do Conselho Tutelar.

MÉDIA

Como forma de garantir a acessibilidade e a qualificação do atendimento, adequar o espaço do Centro de Referência Especializada em Assistência Social(CREAS) ;

Garantir um espaço físico para o Centro POP;

Implementar o serviço territorial do CREAS;

ALTA

Criar um Centro Integrado de atendimento à População em Situação de rua;

Implementação de um espaço físico para o programa Família acolhedora;

Ampliação das metas e garantia de pagamento às famílias vinculada ao Família Acolhedora;

Continuar com o incentivo a redução do número de crianças e adolescentes em acolhimento institucional;

Implementar uma casa de passagem para famílias;

BÁSICA

Implementação de lavanderias comunitárias;

Ampliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescência em territórios onde não há;

Implementar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos nos territórios;

Implementação de um Centro de Referência em Assistência Social – CRAS Móvel

Implementação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos

Implementar dois novos CRAS: CRAS Norte 2 e CRAS Sul

4.4. Políticas para as Mulheres

Priorizar a interseccionalidade e a transversalidade de raça/etnia, equidade de gênero e orientação sexual, na implementação das políticas públicas para as mulheres, no Plano de Governo Municipal 2025-2028, para a Cidade de São Leopoldo, assumindo como compromissos da gestão, os seguintes eixos e ações:

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, AUTONOMIA ECONÔMICA E POLÍTICA DE CUIDADO

Implementar estratégias de estímulo e motivação à participação de mulheres para a ampliação da presença feminina nos espaços de poder e decisão, buscando a igualdade e a paridade nos espaços da Gestão pública;

Ampliar o acesso das mulheres ao mundo do trabalho decente, possibilitando a realização de cursos, em parceria com universidades e institutos federais da região, para a capacitação profissional e geração de renda;

Criar a Casa da Mulher Leopoldense, como centro de referência das políticas para as mulheres.

Fomentar e estimular que as organizações e empresas priorizem mulheres/mães nos processos seletivos de trabalho, oportunizando igualdade em oportunidades e tratamento;

Fomentar e estimular a organização de cooperativas, a economia solidária e a autogestão das mulheres, mapeando e identificando, no município, os empreendimentos já existentes; e promovendo ações de atenção, valorização e apoio, em especial às cooperativas de catadoras, recicladoras e das usinas de reciclagem;

Criar uma plataforma digital (site) de empreendimentos gestado por mulheres/mães, para visibilizar, divulgar, circular e fomentar redes de trocas e vendas (espaço de e-commerce) de bens, produtos e serviços, a fim de ampliar as oportunidades de geração de trabalho e renda;

Promover a autonomia organizacional e de gestão de mulheres/mães através de cursos e orientações de como estruturar um negócio, estratégias e práticas logísticas, administrativas, comunicacionais e financeiras para seus empreendimentos;

Criar uma incubadora de tecnologias sociais e empresariais, para assegurar base e fortalecimento do empreendedorismo das mulheres;

Ampliar o acesso das mulheres às linhas de microcrédito produtivo;

Estabelecer programa transversal de cozinhas comunitárias, qualificando e remunerando as funcionárias das cozinhas;

Promover a inclusão produtiva das mulheres beneficiárias dos programas de transferência de renda; e o acesso e atendimento qualificado nos serviços socioassistenciais e socioeducativos de Proteção Social Básica nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);

Acompanhar o processo do Projeto de Lei da Política Nacional de Cuidados, e implementá-la no município, quando aprovada como Lei pelo Congresso Nacional;

CONTROLE SOCIAL

Fortalecimento e qualificação do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres (COMDIM), e a implementação do fundo municipal da mulher;

Ampliar ações de formação para o exercício da liderança e do controle social, destacando a importância e a necessidade da participação política das mulheres;

Promover relações de trabalho não-discriminatórias, com equidade salarial e de acesso a cargos de direção, capacitando o funcionalismo público para a equidade de gênero, étnico-racial, o reconhecimento e a valorização das diversidades;

Garantir e ampliar o atendimento prioritário das mulheres/mulheres trans em situação de violência, ou não, na concessão de unidades habitacionais, com direito à titularidade, nos programas de qualificação social e profissional;

HABITAÇÃO

Ampliar o acesso ao aluguel social para mulheres em situação de vulnerabilidade social e que se encontram em situação de violência de gênero, que tiveram entre as violências sofridas, a violência patrimonial;

EDUCAÇÃO

Garantir ações permanentes no processo educacional de promoção da equidade de gênero, étnico-racial e de orientação sexual; promovendo a implementação da Lei Municipal nº 6.116/06 de políticas afirmativas e as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e para a Educação das Relações Étnico-Raciais nas redes educacionais do município;

Promover a transversalidade da temática anti-machista como ações permanentes no processo educacional para equidade de gênero, com introdução e abordagem de conteúdos sobre a violência doméstica e a violência de gênero, com ênfase na Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2003;

Ampliar o acesso à educação infantil: creches e pré-escolas para crianças nas respectivas faixas etárias, e garantir o contra turno escolar para as crianças cujas famílias necessitem;

Garantir os recursos destinados à Educação Básica para a construção e a ampliação de novas escolas de Educação Infantil, creches e pré-escola, bem como a implantação gradativa do turno integral no Ensino Fundamental;

Promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas, adequando os programas educacionais às necessidades das mulheres, em termos de horários e locais;

CULTURA E LAZER

Valorizar as iniciativas culturais protagonizadas por mulheres, através de material educativo/informativo com a história das mulheres que contribuíram para a conquista de direitos e da cidadania;

Promover a realização e a exibição de audiovisuais (documentários e filmes), nas escolas com abordagem sobre a participação das mulheres na História e na Cultura;

Garantir a equidade de gênero e de raça/etnia em todos os editais de fomento à cultura, contratação de oficinas e oficinas, vagas em cursos e nas programações culturais realizadas pelo município;

Criar espaços de cuidado gratuitos para crianças nas programações culturais ofertadas nos equipamentos públicos pelo município, para a ampliação do acesso à cultura para mulheres mães;

Criar Projeto de Lei que proíba a contratação de pessoa trabalhadora da cultura que tenha sido condenada, com sentença transitada em julgado, por crimes previstos na Lei Federal nº 11.340 de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha";

SAÚDE

Criação de um Centro de Referência de Saúde Integrada da Mulher;

Promover a atenção à saúde das mulheres/mulheres trans em situação de violência com atendimento qualificado ou específico nos espaços de atendimento à saúde;

Assegurar o direito à informação sobre a contracepção de emergência nos serviços de referência, e ampliar a oferta do kit básico dos métodos anticoncepcionais, apoiando técnica e financeiramente a organização de Redes de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em situação de violência;

Promover a atenção obstétrica, qualificada e humanizada, inclusive a assistência aos casos de interrupção da gravidez previstos em Lei, para mulheres, adolescentes, meninas e pessoas que gestam, visando reduzir a mortalidade materna;

Qualificar as ações de atenção ao pré-natal, ao parto e ao puerpério, de acordo com a Política Nacional de Humanização, especialmente ao parto humanizado, incluindo a permissão da doula (conforme Lei Municipal nº 9.159/2019) e de acompanhante da parturiente na sala de parto, visando também a prevenção e proteção desta contra a violência obstétrica, no município;

Qualificar e sensibilizar as equipes que acompanham as gestantes no Pré-natal sobre a importância do papel imediato das doulas nos processos de trabalho de parto e de pós-parto;

Ampliar a política de apoio ao aleitamento materno, através de campanhas informativas e educativas, principalmente no mês de agosto, conhecido como o “Agosto Dourado”, assegurando a diversidade racial, de gênero e sexual nas peças publicitárias;

Promover a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/Aids na população feminina, ampliando o acesso, a aquisição e a distribuição de métodos anticoncepcionais reversíveis, incluindo anticoncepcionais de emergência, preservativos masculinos e femininos;

Criar o Programa de promoção à Saúde nas escolas, com o apoio de profissionais da saúde, a fim de promover a formação em direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva de raça/etnia, de gênero e sexualidade, trabalhando a prevenção de DST's e HIV/ AIDS, gravidez precoce, prevenção de álcool e drogas;

Ampliar o atendimento da atenção ao câncer de colo uterino e de mamas, em todos os níveis de complexidade, contemplando a reconstrução mamária;

Definir e executar ações estratégicas de prevenção dos cânceres do colo de útero e da mama, bem como o exame de mamografia e eco-mamária;

Promover ações educativas e preventivas de diagnóstico, tratamento ou recuperação, com vistas à redução da morbimortalidade e melhoria da saúde da população feminina;

Implementar e efetivar o programa de assistência ao climatério, no atendimento psicológico à mulher de meia-idade;

Promover campanhas educativas sobre a atenção clínico-ginecológica, climatério, saúde da população feminina jovem, da mulher negra; indígena; mulheres idosas; saúde da mulher com deficiência, obesidade mórbida e da população lésbica e transexual;

Assegurar diagnósticos para programas de promoção da saúde sobre mulheres com doenças de total dependência e com doenças permanentes, que são curateladas ou curadoras;

Criar programa de divulgação da Rede Humanizadasus;

Criar um serviço de atendimento psicológico online/telefônico para mulheres devido aos sofrimentos psicológicos ocasionados pela pandemia da COVID-19, calamidade climática e demais casos de saúde mental; disponibilizando um número 0800, ou outra forma de acesso gratuito;

SEGURANÇA PÚBLICA: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Construir o prédio próprio do Centro Jacobina, Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, bem como ampliar sua equipe técnica;

Ampliar e capacitar a Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência bem como os serviços especializados, ampliação da equipe de atendimento e promover a formação continuada das e dos profissionais da Rede;

Promover letramento racial para o funcionalismo público municipal;

Promover capacitação em equidade de gênero e de raça/etnia para o secretariado e para as diretorias municipais;

Garantir licença remunerada às servidoras em situação de violência doméstica ou sexual;

Garantir o enfrentamento à violência contra jovens e meninas vítimas da exploração sexual, elaborando relatórios periódicos sobre as violências sofridas por mulheres e adolescentes; e implantar e/ou fortalecer o Programa de ações integradas e referenciais de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes;

Defender a implantação de uma Defensoria Pública Municipal para atendimento jurídico às mulheres, com atendimento diário;

Implementar políticas públicas de atendimento para as mulheres usuárias de drogas e mulheres em situação de prisão;

Regulamentar a Lei Municipal nº 8.752/2018 que proíbe o Executivo, o Legislativo e Autarquias Municipais de contratar e empossar, para ocupar cargo em comissão, bem como função gratificada, no Poder Público pessoa condenada, com sentença transitada em julgado, por crimes previstos na Lei Federal nº 11.340 de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha;

Criar uma Central Integrada de Segurança Pública para recebimento de denúncias (190+153);

Qualificar e humanizar o atendimento às mulheres nos serviços e nos equipamentos públicos municipais, promovendo serviço livre de discriminação de gênero, de raça/etnia e de orientação sexual;

Garantir a implementação da Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2003, e demais normas jurídicas nacionais e internacionais com Capacitação das/os profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), de Agentes da Segurança Pública, para a prevenção e o atendimento às mulheres em situação de violência;

Estimular a difusão de imagens afirmativas e não-discriminatórias das mulheres, através de campanhas educativas de denúncia e enfrentamento às discriminações, aos preconceitos e à banalização de imagens estereotipadas de mulheres e suas diversidades (negras, indígenas, LGBTQIA+, quilombolas, amarelas, brancas, entre outras);

Ampliar a oferta de transporte nos horários noturnos de término das aulas.

4.5. Políticas para a população LGBTQIAPN+

Criação e fortalecimento das ferramentas de acolhimento de denúncias relativas a Lgbtfobia dentro dos espaços públicos.

Pautar nos concursos públicos municipais questões relativas ao combate às discriminações em relação às orientações sexuais e identidades de gênero.

Incluir questões relacionadas ao combate às discriminações em relação às orientações sexuais e identidades de gênero nos concursos públicos municipais é uma medida importante para promover a conscientização e a igualdade.

Política de formação permanente para todos os órgãos da administração pública.

Fomento à criação da delegacia de combate à intolerância.

Fortalecimento e ampliação dos serviços do ambulatório Lgbt, permanecendo em espaço centralizado, possibilitando uma maior adesão da comunidade.

Disponibilização de medicamentos e tratamento hormonal para pessoas trans na farmácia municipal.

Fortalecimento dos espaços de atendimento psicossocial para a população Lgbtqiapn+.

Núcleo Interdisciplinar para as Relações de Gênero e Sexualidade (NIRGS), criação a partir da alteração da Lei n 9863, de 10/07/2023, de núcleo interdisciplinar específico dentro da estrutura do Centro Municipal de Educação Inclusiva Paulo Freire, com vistas à efetivação preconizada no item 8.3.1, relações de gênero e sexualidade, documento orientador do currículo do território de São Leopoldo (SMED,2021), contemplando o planejamento, a implantação e avaliação das políticas educacionais, por meio de indicadores da efetividade das ações de forma permanente e sistemática.

Fortalecer e qualificar a escola como ambiente promotor da diversidade e combate às discriminações em relação às orientações sexuais e identidade de gênero.

Garantir que os critérios de concessão de benefícios habitacionais respeitem as especificidades da comunidade Lgbt, dando prioridade para travestis, transexuais e

transgêneros, profissionais do sexo, assim como a inclusão nestes programas de famílias homo parentais e casais em união estável. Garantir nos abrigos públicos a alocação de travestis, transexuais e transgêneros conforme sua identidade de gênero e área específica para jovens Lgbt que foram expulsos de casa ou quem frente situação de preconceito e ou violência doméstica.

Promover ações a fim de garantir que cidadãos Lgbt não sejam preteridos, sobretaxados ou impedidos de locar, adquirir, arrendar ou emprestar bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade.

4.6. Direitos Humanos

Nossa proposta é a efetivação de um plano de reconstrução da cidade após eventos climáticos antenados com as políticas de acessibilidade e inclusão. O objetivo é construir políticas na perspectiva transversal que possibilitem a autonomia e protagonismo da pessoa com deficiência. Viver em plenitude com a defesa de direitos humanos articuladas com todos os setores da gestão pública.

Propostas:

Defender uma educação crítica, plural, inclusiva e transformadora. Uma escola que seja espaço de debate livre que combatam o preconceito e o capacitismo;

Ampliar serviços disponibilizados no Centro Municipal de atendimento educacional especializado, onde sejam articulados atendimentos, oficinas, suporte às famílias e às pessoas com deficiência, Pessoas com altas habilidades e pessoas com mobilidade reduzida, que inclua projetos de aceleração, esporte, cultura, diversos atendimentos, em parceria com a universidade e avancem no atendimento integral da pessoa com deficiência;

Fortalecer as instituições que trabalham com Pessoas com deficiência, Pessoas com altas habilidades e pessoas com mobilidade reduzida;

Expansão da cobertura de serviços e instituições de longa permanência para pessoas com deficiência;

Impulsionar iniciativas empreendedoras na oferta de qualificação profissional para Pessoas com deficiência, Pessoas com altas habilidades e pessoas com mobilidade reduzida;

Estimular o cumprimento de programas de inclusão de pessoas com deficiência nos trabalhos formais;

Implementar ações que promovam a autonomia e respeito da pessoa com deficiência, com recortes étnicos raciais, que contemplem mães atípicas e cuidadores, com programas de formação prioritariamente em áreas periféricas e de maior vulnerabilidade;

Incentivar a integração dos Conselhos Municipais de Direitos (Saúde, Assistência Social; Idoso, Criança e Adolescente; Mulheres; Juventude; Pessoa com Deficiência, Tutelares e outros), objetivando a intersetorialidade e integração das políticas.

Ampliar as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, como semáforo com sinalização sonora e rampas e ampliar serviços com parcerias com universidades e instituições com o objetivo de desenvolver estudos na área de inovação tecnológicas voltados para a acessibilidade;

Adequar as instalações, brinquedos e praças atendendo particularidades das pessoas com deficiência;

Acolher de maneira inclusiva as mulheres com deficiência, compreendendo e atendendo suas particularidades nos serviços públicos, formados para identificar e encaminhar mulheres deficientes vítimas de violência;

Enfrentar a violência contra as mulheres com deficiência formando a Rede de Enfrentamento à Violência Contra à Mulher;

Garantir as normas da ABNT de acessibilidade, seguindo determinação do Decreto Federal 5296/04 nos projetos habitacionais e urbanos, nos ambientes internos e em áreas comuns, garantindo acessibilidade.

PESSOAS IDOSAS

Estudos apontam para uma transição demográfica no Brasil, passagem de um regime demográfico de altas taxas de mortalidade e fecundidade, para um regime de baixas taxas de mortalidade e fecundidade, levando a um aumento da população. De modo consequente da transição demográfica, a composição da população por grupos etários também passa por transformações: o envelhecimento populacional é um fenômeno universal. Esta pauta deve se apresentar como prioritária, entendendo o movimento etário da população no nosso município.

O aumento deste grupo etário modifica demandas sociais e econômicas, enxergando a pessoa idosa na sua integralidade, a partir de recortes de gênero, étnico-racial e orientação sexual, com investimentos na saúde e assistência social, mas também políticas públicas voltadas ao lazer, cultura, esporte, educação, participação social, segurança e habitação. A região metropolitana de porto alegre é o epicentro nacional dessa mudança, e portanto nosso governo tem um compromisso de estar na linha de frente na busca por políticas efetivas que garantam qualidade de vida a essa população. No âmbito das políticas municipais, propomos:

Instituir a política municipal intersetorial de proteção, garantia de direitos e promoção da qualidade de vida da população idosa, ampliando a rede de proteção social aos idosos,

fortalecendo a convivência comunitária, o cuidado nos territórios, a diminuição de violências e a atenção integrada com outras políticas públicas que priorizem o bem estar físico, social e emocional.

Ampliar o atendimento no Centro de Referência do Idoso;

Criar e fortalecer programas e projetos que voltados à proteção social básica para as pessoas idosas em vulnerabilidade social;

Criar e executar campanhas educativas, informativas e culturais com foco na diversidade e dos direitos humanos contemplando as pessoas idosas;

Buscar junto ao Governo Federal a implementação do Programa Envelhecer no Território;

Criação de centros de convivência descentralizados para pessoas idosas;

Ampliar o atendimento no Lar São Francisco;

Descentralizar ainda mais os CRAS com o objetivo de facilitar o atendimento do idoso;

Ampliar o Programa Viver Bem;

Criação do Centro Dia destinado ao atendimento de pessoas idosas e com deficiência;

Oferecer, aos idosos, formações na área da tecnologia, nutrição, Braile, LIBRAS, Psicologia do envelhecimento, educação financeira e cursos profissionalizantes;

Buscar junto ao Governo Federal a implementação do Projeto Viva Mais Cidadania Digital que é uma ação sócio-pedagógica de curta duração para promover a educação digital e midiática das pessoas idosas, com o objetivo de capacitá-las para o acesso a serviços digitais, enfrentamento à violência patrimonial e financeira e desenvolvimento de habilidades para análise e participação crítica no ambiente digital;

Instituir um grupo de trabalho intersetorial com formação para enfrentar à violência financeira e patrimonial contra a pessoa idosa;

Promover a integração dos Conselhos Municipais de Direitos visando a intersetorialidade das políticas;

Realizar campanhas para empresas investimento no Fundo Municipal da Pessoa Idosa;

4.7. Cultura

Vivemos uma grande crise climática que tem assolado o mundo. Este tem sido um ano difícil. A crise bateu à nossa porta transbordando nosso estado com um pranto gigantesco que partiu da natureza e que hoje verte do nosso povo por tudo que se perdeu, por tudo que foi levado, vidas, lembranças, lares, o que era concreto de muitos anos de trabalho e construção. As enchentes atingiram 471 municípios do Rio Grande do Sul, muitos deles ficaram em estado de calamidade, como é o caso da nossa cidade.

São Leopoldo neste ano de 2024 comemora seus 200 anos e o agora passa a ser momento de reconstrução e de pensar qual é essa cidade que queremos reconstruir, qual é o legado que queremos deixar para o nosso povo, e o que podemos fazer para concretizar o que consideramos importante, o que podemos fazer para resgatar nosso legado e escrever novas histórias que tragam em suas páginas tempos de sol, de renovação, de acolhimento, desenvolvimento, sustentabilidade e modernização em todas as áreas que integram o bem viver da nossa população. E então pensamos qual o papel da cultura nesta reconstrução?

Ao longo da história a cultura tem cumprido um papel fundamental que permeia todas as áreas do desenvolvimento da cidade. A cultura é a identidade da nossa população, diz quem somos, de onde viemos. A cultura traz a luz nos momentos mais complexos e difíceis da humanidade. Politicamente a cultura desenvolve um papel primordial de crítica, mobilização, reflexão, de combate ao fascismo que está sempre à espreita. Após quatro anos de resistência de trabalhadoras e trabalhadores da cultura, com grandes lutas durante o governo fascista e genocida de Bolsonaro, neste momento ela também vive um tempo de reconstrução e renovação. A reconstrução do Ministério da Cultura, a sanção do Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura, a presença de representantes do MINC em todos os estados do país e as muitas políticas públicas culturais lançadas no último ano, tem sido o anúncio de novos tempos. Percebemos que a cultura assume no governo Lula um papel de destaque, onde se compreende a importância deste setor para o desenvolvimento do país, cultura esta que movimenta mais de 3,11 % do PIB do Brasil, que é maior que o setor calçadista e automobilístico no estado. Uma economia que trabalha o desenvolvimento sustentável e, como disse o presidente Lula sobre a cultura:

Queremos que a cultura tenha papel de destaque para o desenvolvimento da nossa cidade, que faça parte das ações do centro de governo para uma cidade cada vez mais próspera em seu pleno desenvolvimento.

São Leopoldo como território Cultural e Multiétnico

Ampliar, reestruturar e fortalecer a rede de pontos de Cultura e pontos de memória implementando a Política Nacional Cultura Viva

Reconhecer São Leopoldo como uma cidade plural que dialoga e reflete sobre sua história e seu patrimônio reconhecendo este, como território compartilhado para todos os povos que integram nossa cidade.

Fortalecer e reafirmar o papel da cultura no centro do desenvolvimento histórico, social e econômico da cidade de São Leopoldo

Tornar festejos populares, políticas culturais permanentes, estratégicas e continuadas com formações, fomento, produção e circulação de produções artísticas.

Incentivar a criação, fomentar e fortalecer meios de comunicação comunitários que coloquem em circulação a produção artístico cultural dos fazedores e fazedoras de cultura atuantes nos diversos territórios da cidade.

Distribuição Geográfica: Realização de eventos culturais em diversas regiões da cidade, incluindo bairros periféricos, para descentralizar a cultura e torná-la acessível a todos.

Implementação das Comissões Regionais de Cultura através de relação com fóruns de linguagens, Conselho Municipal de Políticas Culturais e O.P

Implementar políticas culturais para infância e juventudes

Criação de centros culturais descentralizados em parceria com comunidades culturais da cidade

Feedback da Comunidade: Criação de canais para que artistas e público possam dar feedback sobre os eventos e políticas culturais, promovendo uma gestão participativa e colaborativa.

Fortalecer o Conselho Municipal de Cultura, garantindo a participação ativa da sociedade civil nas funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, nas áreas de atividade cultural do Município.

Ações Afirmativas, Direitos Humanos e Pautas Emergentes e de Periferias

Fortalecer o papel da cultura como agente sensibilizador e combativo contra o racismo, homofobia, machismo e LGBTfobia

Promover sensibilização e conscientização através de ações artístico culturais nas comunidades, garantindo o empoderamento feminino, o combate à violência contra a mulher e o machismo, e oportunizando geração de trabalho e renda para as mulheres.

Acessibilidade Cultural e Inclusão Social: Garantir que os eventos culturais sejam acessíveis a todos os segmentos da população, incluindo pessoas com deficiência, idosos e comunidades de baixa renda.

Organizar políticas culturais de valorização do trabalho artístico e cultural das mulheres, fomentar e desenvolver eventos de mulheres para mulheres e garantir a presença

artística das mulheres em todas as programações culturais da cidade e de espaços de diálogo.

Promover políticas que fortaleçam, incentivem e promovam a produção artístico cultural LGBTQIAPN+ da cidade

Promover ações artístico culturais e de reflexão que incentivem a cultura da solidariedade e do respeito em contraponto ao ódio e à violência.

Fomentar, fortalecer, incentivar e valorizar circuitos de ações e espaços culturais relacionados às juventudes.

Garantir a presença artística da comunidade negra em todas as programações culturais da cidade e de espaços de diálogo, conscientização e sensibilização antirracista e antiviolaência contra a juventude negra.

Recuperar, reconhecer e valorizar a história não contada dos Indígenas.

Estabelecer cotas para a população negra nas ações e eventos do município

Ocupação Cultural

Desenvolvimento de uma agenda unificada de ações e eventos culturais da cidade

Acompanhar a produção e organização dos eventos culturais da cidade

Promover, fomentar e incentivar festivais de arte e cultura em espaços públicos da cidade

Promover um Festival de Música anual, que celebre diferentes gêneros musicais, oferecendo espaço para artistas locais se apresentarem e atrair o turismo e público diversificado;

Apoiar e incentivar eventos culturais em espaços públicos no município

Identificar os espaços culturais da cidade para o desenvolvimento de ações culturais descentralizadas

Marketing e Promoção de Campanhas de Divulgação: potencializar campanhas publicitárias para melhorar a eficácia na divulgação dos eventos culturais do município, utilizando mídias tradicionais e digitais para alcançar um público mais amplo.

Cidade Histórica, Patrimônio Material e Imaterial

Revisar, revitalizar e restaurar monumentos localizados em espaços públicos (externos ou internos)

Fortalecer a implementação da lei do Patrimônio Cultural. Inserir na mesma outros imóveis e monumentos.

Desenvolver e implementar políticas públicas para acervos municipais;

Regulamentar o Museu do Trem e constituir uma equipe multidisciplinar composta por museólogo, arquivista e conservador;

Criar um Arquivo Público Municipal;

Fortalecer o Sistema Municipal de Museus, garantir museólogos nos museus e promover

oficinas de formação específica em museus;

Promover políticas públicas e garantir atividades culturais vinculadas à pesquisa desenvolvida entre museu e escola/educação;

Implementar políticas de educação patrimonial vinculadas ao patrimônio material e imaterial fortalecendo a educação sobre acervos e museus

Implementar roteiros turísticos e históricos e desenvolver política pública integrando roteiros turísticos e históricos, aos museus da cidade, com garantia de profissionais do turismo, da história e da museologia

Aprofundar e implementar ações em parceria com instituições museológicas e memórias.

Economia da Cultura, Popular, Solidária e Sustentável

Conforme encaminhamento levantado na 7ª Conferência Municipal de Cultura, ampliar o orçamento para 2%, para que desta forma se possa acolher as demandas da sociedade, desenvolvendo o acesso a cultura, o desenvolvimento da economia criativa da cidade, fomentando a produção e qualificação artística, assim como políticas culturais para toda a população.

Oportunizar e promover através de parcerias internacionais o programa de intercâmbio cultural, promovendo trocas culturais, fortalecendo relações internacionais e oportunizando a circulação da produção artística de São Leopoldo em outros territórios.

Executar os recursos advindos da Política Nacional Aldir Blanc de forma transparente e democrática, buscando atingir a diversidade cultural do nosso município, oportunizando processos acessíveis que estejam de acordo com a realidade do setor cultural

Criar políticas para a capacitação, qualificação e profissionalização dos agentes culturais e da população em geral e inclusão no mercado com parcerias de instituições de ensino, universidades e escolas técnicas, desenvolvendo formação nas áreas culturais, capacitando jovens para seguirem carreiras artísticas.

Oferecimento de workshops e capacitações para os artistas sobre como elaborar projetos culturais para terem autonomia e o conhecimento necessário para participarem de editais, leis de incentivo, etc.

Desenvolver uma política específica para as juventudes oportunizando formação e oferta de oportunidades a partir da cultura

Oportunizar oficinas de artes no Centro Cultural José Pedro Boessio e descentralizadas, fornecendo acesso gratuito à cultura para toda população e formando grupos municipais de artes diversas.

Criação do CNPJ do Fundo Municipal de Cultura-Alocação adequada de recursos financeiros para o fundo, garantindo apoio financeiro a uma variedade de projetos e organizações não governamentais que visem fomentar e estimular a produção artística cultural no município

Suporte técnico para os artistas para inscrição em editais e acesso às políticas públicas culturais

Fortalecer o Fundo Municipal de Cultura estabelecendo parcerias com empresas privadas, instituições e organizações não governamentais

Realização de audiências públicas para discutir e avaliar a aplicação dos recursos do fundo, promovendo o controle social e a transparência.

Utilização da lei de patrocínio para captação de recursos além do orçamento da secretaria, para o fortalecimento de políticas e eventos.

Criação de incentivos fiscais para empresas que apoiarem financeiramente projetos culturais do município

Implementação de um sistema transparente de gestão e distribuição dos recursos, com prestação de contas regular à comunidade.

Criação de um distrito criativo no município, para ser um polo econômico criativo, com incubadora de projetos, incubadora de empresas, com apoio ao empreendedorismo criativo da cidade, cursos, parcerias com startups, produtoras, universidades e empresas diversas.

Escritório de Captação de Recursos Ligado à Secult: Criação de um escritório dedicado à captação de recursos e apoio financeiro para projetos culturais de produtores e artistas da cidade;

Manter e ampliar atividades descentralizadas que envolvam as comunidades e promovam a cultura local como as Feiras Populares, o Vem pra Praça, o Grito dos Músicos, o Brique do Imigrante e o Sarau do Rio, inclusive resgatando experiências históricas como o Canto dos Sinos Festival de Música Nativista.

Indicadores: Estabelecimento de indicadores claros para monitorar o impacto das políticas culturais, avaliando regularmente a eficácia dos programas e ajustando as estratégias conforme necessário.

4.8. Políticas para Juventude

Da educação:

Qualificar profissionalmente os(as) jovens, dando espaço de escolha profissional e fomentando sua inserção social, cultural e no mundo do trabalho;

Inserir efetivamente as juventudes nos debates de construção dos cursos do Instituto Federal Sul-rio-grandense de São Leopoldo, por consulta pública e/ou outros meios de busca, para a promoção da diversidade de áreas nos cursos ofertados (culturais, humanas, exatas, tecnológicas, industriais e outras);

Criar um Núcleo Municipal que trate do acesso e permanência dos(as) estudantes de Ensino Médio e Superior e orientação para casas de estudantes;

Criar programas de benefícios para a assistência estudantil;

Garantir o acesso ao transporte público para os(as) estudantes de baixa renda e ampliação de linhas de ônibus possibilitando o acesso a cidade;

Promover política voltada para jovens mães e pessoas que gestam, elaborando projetos de apoio para essas jovens retornarem/concluírem a educação básica;

Retomar o projeto Escola Aberta, ofertando oficinas vinculados ao projeto Mais Educa São Leo;

Ampliar o projeto Mais Educa São Leo com valorização salarial e garantia de direitos trabalhistas para jovens oficineiros(as);

Ampliar para todas as escolas do município o Núcleo de Educação das Relações Étnicas e Raciais (NERER) para a promoção da educação antirracista;

Facilitar o acesso a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), para que este público consiga conciliar trabalho e escola, organizando ações para garantir a permanência dos(as) estudantes e flexibilizando o horário das aulas desta modalidade no noturno, além da implementação da EJA no diurno;

Fortalecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) inserindo mais turmas no currículo escolar e levando para mais escolas de bairros periféricos;

Criar um espaço dentro das instituições de ensino com monitoras e monitores, em parceria da Unisinos, que permita que as mães estudantes possam deixar seus(as) filhos(as) enquanto acompanham as aulas;

Criar cursos populares preparatórios (presencial e online) para o ingresso das juventudes no Ensino Médio Integrado e Ensino Superior, com auxílio financeiro/bolsa auxílio permitindo a permanência dos(as) estudantes. Ainda, promovendo a inserção profissional de jovens professores(as) que tenham concluído ou estejam cursando a licenciatura;

Criação de uma carteira de estudante municipal que permita o acesso das juventudes em eventos culturais, esportivos e de lazer;

Inserir as escolas de Ensino Médio nos territórios, junto ao governo estadual, para combater a evasão dos(as) jovens nesta etapa de ensino;

Construir uma rede de comunicação entre a gestão municipal e as juventudes inseridas nos territórios, virtual e por consulta em fóruns;

Estabelecer uma rede de comunicação entre os grêmios estudantis com a Secretária de Educação do Município;

Realizar capacitação para os professores e professoras da rede municipal sobre educação inclusiva para a diversidade, a educação antirracista e da pessoa com deficiência; s. Inserir os(as) estudantes no debate acerca do currículo das escolas municipais.

Do emprego e renda:

Inserir as juventudes nas rotas das feiras regionais que trabalhem com economia solidária, produtores ecológicos, espaços de cultura e lazer;

Fomentar a criação de emprego e renda na área da tecnologia, vinculado a ampliação do programa 3 mil talentos e garantir a assistência para acesso e permanência nos cursos profissionalizantes;

Fomentar o trabalho com reciclagem e reaproveitamento de resíduos como fonte de renda e autonomia, social e sustentável, realizando parcerias com escolas e cooperativas de reciclagem;

Promover o acesso de jovens ao primeiro emprego com a criação de um banco de dados para divulgação das vagas;

Gerar acesso a renda e promover educação financeira nas escolas a partir de parcerias público-privada.

Da cultura, esporte e lazer:

Criar e implementar programas e projetos (a exemplo do Slam Educa, Mais Educa São Leo e Guardiões da Água) de fomento à produção cultural e social nas escolas e Organizações da Sociedade Civil (OSC);

Construir espaços, como praças e casas de cultura, para as juventudes oferecendo serviços de arte, cultura, esporte, lazer e saúde;

Reconstruir a associação de Hip-Hop do município;

Garantir incentivos e a segurança dos movimentos culturais do hip-hop e outros autônomos (Batalhas de rima, Slams, etc) presentes no município;

Estabelecer uma política municipal de incentivo financeiro para jovens atletas municipais, a partir da criação do Bolsa Atleta para jovens se dedicarem ao esporte, firmando parceria entre a Secretária de Educação e a Secretaria do Esporte e Lazer do município;

Construir um cinema público junto ao Centro Cultural José Pedro Boéssio, gratuito, garantindo o acesso à cultura e lazer das juventudes.

Criar Centros da Juventude em bairros da cidade como espaços para a interação com a cultura, o esporte, o lazer e a construção de vínculos sociais.

Da saúde:

Criação de um Centro de Atendimento de Referência em Saúde para crianças, adolescentes e jovens e inseri-lo nos territórios;

Promover ações de educação sexual para as juventudes através de políticas públicas de saúde;

Ampliar a divulgação do ambulatório LGBTQIAP + para as juventudes do município.

Da participação:

Inserir efetivamente a participação da criança, adolescente e jovem nos conselhos de municipais que discutem políticas para esta população;

Promover plenárias do Orçamento Participativo com as juventudes a fim de discutir o Fundo Municipal;

Continuar fortalecendo o Conselho Municipal de Juventude (COMJUV) e criar espaços de participação juvenil e construção de políticas públicas para as juventudes. Criação do Fundo Municipal de Juventude;

Criar o Plano Municipal de Juventude de acordo com a política de construção do Plano Nacional de Juventude;

Realizar pesquisa e estudos sobre a realidade das juventudes do município por meio da reestruturação do Observatório das Juventudes, em parceria com instituições de ensino. Construir políticas públicas de redução de carbono, arborização das ruas do município, construção e revitalização de ciclovias, educação ambiental e demais ações voltadas ao meio ambiente visando o combate às mudanças climáticas e o futuro das crianças, adolescentes e jovens;

Assumir efetivamente o compromisso com o Plano Nacional Juventude Negra Viva (PNJV) elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude, em todos os setores propostos: Segurança pública e acesso à justiça; Geração de trabalho, emprego e renda; Educação; Esporte; Cultura; Democratização do acesso à ciência e tecnologia; Promoção da saúde; Meio ambiente, garantia do direito à cidade e a valorização dos territórios; Fortalecimento da democracia; e, Assistência social.

4.9. Igualdade Racial

Considerando que o plano de governo da gestão municipal 2025-2028, parte da premissa de criar estratégias de continuidade e o fortalecimento de ações que tem sido realizada ao longo destes anos nas políticas de promoção de igualdade racial e combate ao racismo, que nessa perspectiva é primordial avançar em projetos, programas e serviços que possibilitem a garantia de direitos. Esse processo de trabalho perpassa, pela importância de articulação entre as políticas públicas intersetoriais e transversais, tratando a igualdade racial como centralidade dos debates e de forma efetiva, permanente e continuada, com o desafio de integrar além da população negra, em especial a nossa juventude, também os povos originários e tradicionais, quilombolas, matriz africana, migrantes, refugiados e apátridas que influencie na redução do preconceito racial, das desigualdades, vulnerabilidades sociais enfrentadas cotidianamente, destacando nossas mulheres, comunidade lgbtqi+ e pessoas com deficiência negros e negras.

Justiça e reparação perpassam para além de bens e serviços, provocando através deste plano de governo problematizar uma sociedade que tem enraizada historicamente o racismo e buscar soluções para a ruptura desse paradigma.

Conseguimos avançar em alguns aspectos em nosso município, conquistar marcos importante de lutas históricas através de ações e marcos regulatórios palpáveis, mas precisamos avançar ainda mais, principalmente neste cenário desafiador de eventos climáticos que atinge direta e indiretamente nossa população que sofre diariamente o preconceito racial, através das propostas abaixo:

Conscientização e Educação

Promover campanhas educativas e de conscientização sobre igualdade racial e combate ao racismo, contribuindo para uma sociedade justa em todos os setores públicos e com interlocução também nas organizações não governamentais e privadas;

Implementar políticas públicas voltadas para a promoção de igualdade racial, incluindo ações afirmativas para o acesso igualitário a serviços públicos, educação, assistência social, saúde, meio ambiente, habitação, lazer, cultura, esporte e saúde;

Promover políticas de acessibilidades para a população negra em todos os setores da administração pública visando garantir o acesso equitativo aos serviços oferecidos.

Efetivar programas educacionais e inclusão no currículo escolar educação antirracista, conforme preconiza as Lei no 10.639/03 e 11.645/08.

Fortalecer o Núcleo de Relações Étnico Raciais – NERER do município, na perspectiva de ampliação da equipe de trabalho;

Promover de forma permanente nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos a temática da igualdade social e combate ao racismo;

Acesso às políticas públicas, formação, informação e tecnologia;

Fomentar um programa de prevenção às doenças que afetam a população negra, para identificar e mapear as principais doenças, a fim de realizar campanhas de prevenção, conscientização e garantia no atendimento;

Fortalecer o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, com efetiva participação dos servidores públicos nos processos de formação permanente na saúde;

Criar uma pesquisa que possibilite identificar a população negra, para fortalecer as políticas públicas étnico raciais, na área da saúde, segurança, educação, habitação e meio ambiente, assistência social;

Implementar uma Secretaria de Igualdade Racial é crucial para promover a equidade e combater a discriminação racial. A existência de tal secretaria tem como papel fundamental identificar e enfrentar desigualdades estruturais, garantir que políticas públicas sejam inclusivas e proteger os direitos das minorias raciais;

Ampliar a ferramenta da biblioteca virtual afrodescendente através do site da prefeitura e outros canais de comunicação;

Formação permanente para qualificação de todos os quadros do serviço público, com diretrizes de obrigatoriedade no protocolo do quesito raça/cor;

Fomentar a inclusão socioeconômica, reduzindo desigualdades e promovendo o desenvolvimento sustentável da população negra, povos originários e tradicionais, quilombolas e de matriz africana;

Garantir que todos os grupos raciais tenham acesso igualitário a oportunidades de educação, emprego, saúde e outros serviços públicos, para nossa juventude, mulheres, lgbtqi+ e pessoas com deficiência negras e negras;

Promover programas na política habitacional, com investimento em infraestrutura em áreas predominantemente de comunidades tradicionais e originárias, população negra, quilombolas, matriz africana, migrantes, refugiados e apátridas;

Economia, acesso à Cultura

Fomentar a Feira Expo Black, sendo uma política continuada da cultura afrodescendente, dando a devida magnitude e aprimoramento dos afroempreendedores;

Fomentar a presença da população negra em todas as programações culturais da cidade e de espaços de diálogos, conscientização e sensibilização antirracista e não violência;

Garantir as cotas para a população negra e povos originários e tradicionais nas ações e eventos culturais, promovendo a diversidade e inclusão social;

Preservar e promover o patrimônio cultural da população negra, povos tradicionais e originários;

Garantir a inclusão do programa nacional Juventude Negra Viva;

Valorizar momentos históricos e dar visibilidade para a trajetória de lideranças e representações importantes do município de São Leopoldo e do Brasil na luta antirracista, em especial para as mulheres negra;

Garantir que o novembro negro seja efetivamente realizado conforme previsto em Lei;

Promover a disseminação da dança afro nos territórios, periferias e espaços públicos, bem como, efetivar no calendário municipal comemorações do Dia 18 de agosto – Dia da Dança Afro sendo a dança patrimônio cultural;

Leis Municipais e Segurança

Cumprir as leis municipais, estaduais e federais, que zelam pelos direitos da população negra, povos originários e tradicionais, quilombolas e de matriz africana;

Assegurar a aplicação de leis contra o racismo estrutural e estruturante, oferecendo mecanismos legais para combater crimes de ódio e discriminação racial.

Criação de Delegacia de Crimes Raciais no município de São Leopoldo: facilita a identificação e a eliminação de práticas racista em instituições públicas e privadas.

Cumprir a obrigatoriedade do quesito raça/cor, bem como, incluir em todos os sistemas nas diversas políticas públicas e setores o lançamento dessas informações;

Geração de Trabalho e Renda

Promoção e incentivo para contratação no Mercado de Trabalho na perspectiva da igualdade racial;

Criação de programas de formação permanente, e incentivo ao empreendedorismo contemplando a nossa juventude, pessoas com deficiência, mulheres e lgbtqi+ negros e negras.

Campanhas de conscientização sobre racismo e igualdade racial no mercado de trabalho para inserção dos nossos jovens, mulheres, lgbtqi+ e pessoas com deficiência negros e negras.

Fortalecer a representação e participação da população negra em órgãos de tomada de decisão;

Implementar essas políticas contribui para uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as pessoas têm as mesmas oportunidades e são respeitadas em sua diversidade racial.

4.10. Segurança Pública Cidadã

Conselho Municipal de Segurança Pública: Ampliar a participação popular através do Conselho Municipal de Segurança Pública, especialmente para a promoção do debate de soluções para a prevenção de crimes e da violência, bem como estratégias para se promover a integração entre os órgãos de Segurança Pública com atuação no município.

Guarda Civil Municipal (GCM): Qualificação e valorização do servidor

Plano de Carreira: Aprovação do Plano de Carreira da Guarda Civil Municipal que amplia os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras em segurança pública do município, garantindo melhores condições de trabalho e a busca contínua pela capacitação, além de uma base remuneratória mais digna ao longo da carreira.

Escola de Formação e Aperfeiçoamento da Guarda (EFAG):

Ampliação da EFAG para a formação de novos guardas municipais e criação de um programa continuado de aperfeiçoamento e especialização dos servidores da GCM, contribuindo para a formação qualificada de gestores e operadores em segurança pública.

Inserção de projetos pedagógicos nos cursos de formação e aperfeiçoamento dos guardas civis municipais envolvendo temas ligados à proteção dos Direitos Humanos como o enfrentamento ao racismo e discriminação de gênero, além da qualificação na abordagem a populações em situação de vulnerabilidade.

Programa de Saúde Mental para Servidores da Segurança Pública: Criação de projetos de atenção à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras em Segurança Pública através de adesão ao programa Federal Pró-Vida – Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, além da criação de políticas municipais voltadas à saúde e ao bem estar dos servidores.

Segurança Escolar: Ampliação do Projeto de Ronda Escolar no município, garantindo a presença de equipes da GCM nas Escolas da Rede Municipal e realizando o patrulhamento nas áreas onde se encontram os estabelecimentos de ensino da cidade. Implementação de

fóruns de discussão sobre segurança nas escolas, envolvendo os organismos de segurança pública e a comunidade escolar (professores, pais e alunos).

Ronda Lilás: Ampliar o Projeto Ronda Lilás como estrutura estratégica na proteção de mulheres e outros grupos vulneráveis com medidas protetivas, envolvendo a Guarda Civil Municipal, em parceria entre a Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social e a Secretaria das Mulheres.

Grupamento de Defesa Ambiental: Ampliar e qualificar o Grupamento de Defesa Ambiental da Guarda Civil Municipal para melhor promover a proteção das áreas de proteção ambiental do município, além de estar preparado para atuar em situações de desastres e crises climáticas

Policiamento Comunitário: Implementação de programas de policiamento comunitário, onde guardas civis municipais trabalham em estreita colaboração com os moradores para identificar problemas locais, desenvolvendo soluções e construindo relações de confiança.

Investimentos em Segurança Pública: Conclusão das obras de construção da nova sede da SEMUSP Ampliação da rede de videomonitoramento e monitoramento de veículo (LPR) através de investimentos públicos e parcerias com a iniciativa privada, integrando câmeras e sensores de empresas privadas através de propositura em projeto de lei

Estabelecer parcerias com o Governo Federal, através de termos de cooperação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, com outros órgãos de segurança pública e com o Setor Privado.

Segurança Pública Baseada em Evidências: Realização de parcerias com a universidade para a qualificação na Gestão da Informação dentro do trabalho realizado pelo Observatório de Segurança Pública

Construção de um Plano de Segurança Urbana Municipal - PSUM, em consonância com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNPSDS), visando à coordenação e à integração das políticas públicas de segurança promovidas por órgãos municipais, estaduais e federais.

Valorização da integração dos órgãos de segurança pública que atuam no município através do Gabinete de Gestão Integrada (GGI-M), atribuindo ao município um protagonismo na busca por soluções na área de segurança pública da cidade.

No âmbito do GGI-M, implantação de um fórum para a análise sistemática dos principais indicadores de CVLI (crimes violentos de letalidade intencional) visando a construção de políticas públicas adequadas para a prevenção e o enfrentamento à criminalidade.

Defesa Civil: Criação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Porto Alegre em consonância com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC (LEI Nº

12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012), identificando e mapeando as áreas de risco de desastres, promovendo a fiscalização dessas áreas e realizando, em articulação com a União e os Estados, o monitoramento em tempo real das áreas classificadas como de risco alto e muito alto

Criação dos Comitês Municipais de Defesa Civil (Comdecs) para o fortalecimento da participação popular nas ações e decisões sobre Defesa Civil do município

Incentivo do Poder Público às iniciativas de organização e mobilização da sociedade civil em situações de desastre

Casa Lilás: instalação de casas de acolhimento de mulheres e crianças retiradas do ambiente de violência doméstica, garantindo o rompimento do ciclo de violência, viabilizando o acesso a redes de acompanhamento para o recomeço com segurança para essas famílias, aderindo ao programa de proteção à violência contra mulher previsto na lei nº 14.899/2024.

Proteção à infância e juventude: desenvolver políticas de proteção à criança e ao adolescente, como atividades preventivas da evasão escolar e do uso de drogas, facilitando o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer; conjuntamente com a questão da prevenção da violência doméstica e da exploração infantil.

Escolas Abertas: promover a abertura das escolas aos finais de semana, garantindo espaços de lazer, cultura e esporte. É sabido que o lazer, a cultura e o esporte são muito importantes para a prevenção - afastando os jovens da criminalidade, promovendo o desenvolvimento de diversas potencialidades e habilidades. Esse projeto também aproxima a população do ambiente escolar e amplia os espaços de convivência entre as pessoas.

4.11. Esporte e lazer

As desigualdades sociais no País refletem diretamente no acesso às práticas esportivas e ao lazer. Diferentes marcadores sociais, gênero, classe, étnico-raciais, etários, são definidores quando se trata de acesso ao esporte e ao lazer. É, portanto, importante que a política pública subverta esse cenário, promova igualdade e inclusão no acesso às práticas esportivas e ao lazer. Para avançar, é necessário ampliar o debate com diferentes regiões e segmentos sociais em consonância com estatutos e legislações da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, dos povos indígenas, da igualdade racial e de gênero.

Propostas:

Avançar na implementação do Projeto do Parque da Rua da Praia, transformando o espaço num núcleo de lazer e serviços de entretenimento.

Investir e fortalecer o Sarau do Rio ampliando a participação da população e regiões da cidade;

Constituir um Fundo Público Municipal voltado para financiamento das ações, dos programas e dos projetos de Esporte e Lazer;

Desenvolver mecanismos, como conferências e conselhos, que garantam a participação e o controle social dessas políticas;

Realizar anualmente o campeonato de futebol amador, adulto e escolinhas, buscando incentivar a participação das mulheres;

Tornar a Secretaria de Esporte e Lazer em Fundação para qualificar a captação de recursos e implementação de políticas;

Ampliar e regularizar o uso de campos e quadras de esporte públicas;

Ampliar o número de pessoas atendidas no programa Viver Bem, descentralizando ainda mais o acesso e ampliando os espaços e atividades de convivência;

Garantir por lei a manutenção do Programa Viver Bem como política de estado;

Incentivar e promover a diversificação de modalidades de esporte, assim como os diferentes níveis de prática;

Qualificar ampliar em parceria com SMED os Jogos Escolares e o projeto Canoagem com maior protagonismo da Secretaria de Esportes na construção do projeto;

Ampliar a instalação de Academias ao ar livre;

Construir academias ao ar livre para pessoas com deficiência, adequando as instalações e praças esportivas para suprirem particularidades em acessibilidade;

Construir termos de parcerias com as entidades desportivas atingidas pelas enchentes, objetivando a qualificação dos espaços e retomada das práticas esportivas e de lazer;

Incentivar e ampliar o protagonismo das mulheres no esporte;

Criação da Olimpíada Municipal de São Leopoldo com diferentes modalidades e inclusão das pessoas com deficiência;

Realizar um estudo em parceria com universidades e instituições buscando realizar o Diagnóstico Municipal do Esporte e Lazer. Levantamento de informações populacionais, com segmentações e marcadores sociais, que estabeleça oportunidades e os interesses, elencando programas, projetos, espaços, equipamentos;

Incentivar a criação da Liga Municipais de esportes

Avançar na construção descentralizadas de equipamentos e estruturas públicas que contemplem diferentes modalidades do esporte;

Ampliar a função social e esportiva do Ginásio Municipal;

Criar o bolsa atleta no município.

Incentivar o paradesporto na cidade.

Criar polo para o desenvolvimento de esportes de alto rendimento.

4. 12. Proteção Animal

O Brasil tem uma cultura afetiva com os animais, apesar de muitos cidadãos não terem formação educacional para a guarda responsável, e esses fatores associados, em que há muitas áreas de pobreza e vulnerabilidade social, com muitos cidadãos sem nem mesmo a atenção básica necessária à sua saúde e alimentação –, afetam diretamente os animais, pois acabam levando a um número altíssimo de abandono. Contudo, é importante ressaltar que não se pode tirar o direito das pessoas – sejam elas desprovidas ou não de recursos financeiros – de terem animais de companhia. Sendo assim, nos últimos anos, essa área tem se desenvolvido bastante, principalmente pela atuação das organizações não governamentais, que têm estimulado a questão da proteção e do direito animal, impulsionada também pela nova estrutura familiar cada vez mais bem definida na sociedade: a da família multiespécie.

A situação dos animais abandonados e que sofrem maus-tratos sempre foi dramática. E teve um aumento alarmante após a pandemia da COVID-19 e das recentes enchentes, oriundas dos eventos climáticos catastróficos que afetaram várias cidades do Rio Grande do Sul, e que acabaram colapsando os abrigos públicos com a superlotação, aprofundando a crise da proteção animal.

Diante destes cenários impostos pelos últimos acontecimentos, faz-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de novas políticas públicas e o fortalecimento das já existentes voltadas aos direitos e ao bem-estar dos animais. Sendo assim, é necessário que a futura gestão municipal se comprometa com políticas públicas permanentes de proteção animal.

PROPOSTAS:

Elaboração de plano municipal de contingência para proteção à vida dos animais em eventos climáticos e desastres ambientais. Incluindo a capacitação da equipe da Defesa Civil para realizar os resgates a estes animais nestes cenários.

Realização de conferências municipais para o diálogo direto com a sociedade (protetores/as, ONGs, projetos e simpatizantes) fomentando o desenvolvimento da gestão democrática.

Campanhas educativas visando a inserção das escolas, nas esferas municipal, estadual e privada, para a conscientização e sensibilização sobre a guarda responsável e os benefícios da castração, abordando temas como saúde animal, controle populacional, comportamento e bem-estar. Prevenção da procriação indesejada e do abandono de animais, enfatizando a importância da guarda responsável e da adoção consciente.

Instituir campanhas de prevenção e tratamento de zoonoses, com atenção especial para a Esporotricose.

Implantar políticas públicas de apoio às protetoras independentes de baixa renda, como a doação de ração e a criação de um auxílio, para auxiliar as protetoras que prestam um serviço para cidade, complementando o serviço prestado pelo município, a exemplo do que já ocorre em outras cidades.

5. Cidade Democrática, Gestão Ética, Transparente e com Participação Social

5.1 Modernização Administrativa

Buscamos promover uma gestão mais moderna, transparente e eficiente por meio da revisão de processos e do desenvolvimento de sistemas que agilizem e economizem nos trâmites administrativos. Isso resultará em maior rapidez e resolutividade nos serviços e informações oferecidos à comunidade. Além disso, investiremos no desenvolvimento de ferramentas digitais para atendimento ágil e eficiente. Planejamos também fomentar uma nova cultura de modernização administrativa, envolvendo e respeitando os servidores públicos como agentes fundamentais neste processo. Vale lembrar que a atual gestão recuperou a política salarial e mantém os salários em dia, reafirmando nosso compromisso com os servidores.

5.2 Reorganização dos processos administrativos

Estabeleceremos uma reorganização administrativa com foco na modernização das estruturas organizacionais e dos processos administrativos. Para isso, firmaremos parcerias com universidades, especialmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à governança e gestão de processos no setor público. O objetivo é construir soluções inovadoras e disseminar boas práticas já existentes.

5.3 Políticas de Recursos Humanos e valorização do funcionalismo público

Desenvolveremos políticas de recursos humanos para estimular o mapeamento, disseminação e incorporação de boas práticas. Isso inclui programas formais de identificação e desenvolvimento de lideranças, bem como a criação de uma Escola de Gestão propositiva. Essa escola oferecerá capacitação e qualificação aos servidores, incentivando a pesquisa interna e a construção de inovações. Além disso, promoveremos relações de trabalho não-discriminatórias, capacitando o funcionalismo público para a equidade de gênero, étnico-racial e o reconhecimento das diversidades.

Avançaremos na política de valorização do funcionalismo público, defendendo o plano de carreira, a previdência pública e a qualificação profissional de todos os trabalhadores e trabalhadoras para garantir um serviço público de qualidade para a cidade.

5.4 Modernizar a gestão da tecnologia da informação, TI e AI

Para modernizar a gestão da TI, promoveremos a ampliação e atualização do parque tecnológico. Também expandiremos o uso da Inovia pública já instalada na cidade. Além disso, atualizaremos os sistemas, migrando do ERP para o GRP, o que ampliará o controle e a transparência. O site da Prefeitura será remodelado para oferecer acesso claro e fácil às informações e serviços 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio do Programa Prefeitura 24 horas.

5.5 Melhorar os serviços de atendimento à população

Disponibilizaremos todos os serviços públicos de forma online e implantaremos o Protocolo Eletrônico para solicitação de serviços e emissão de documentos (via site e aplicativo). Além disso, qualificaremos o atendimento à população LGBTQIAPN+ nos serviços e equipamentos públicos municipais.

5.6 Eficiência energética em prédios públicos

Promoveremos a eficiência energética nos prédios da administração pública para reduzir custos e o consumo de energia elétrica.

5.7 Arrecadação Municipal

Estruturamos a cobrança da dívida ativa e REFIZ para melhorar a arrecadação municipal. Manteremos os salários dos servidores em dia e garantimos que os serviços municipais funcionem com transparência por meio do Programa Contas Abertas. Facilitamos o acesso da população aos serviços de arrecadação por canais online, como site e aplicativos.

5.8 Política de comunicação pública e cidadã

Estabelecer os princípios fundamentais de uma política de comunicação pública e cidadã, com o objetivo de promover e aprimorar os processos de comunicação comunitária, popular e alternativa, incentivando o exercício da cidadania e a participação da população.

Ações propostas:

Implementar um programa municipal de combate e enfrentamento à disseminação de informações falsas (Fake News).

Estimular a produção de conteúdo em comunicação popular e comunitária.

Desenvolver projetos e iniciativas de comunicação específicas para as diversas áreas da gestão pública municipal.

Realizar a Conferência Municipal de Comunicação e criar o Conselho Municipal de Comunicação, envolvendo todos os setores da comunidade de São Leopoldo.

Fortalecer e aprimorar a comunicação produzida pela Prefeitura, expandindo a Rádio Prefeitura de São Leopoldo, fortalecendo o jornal impresso, implementando um projeto integrado de redes sociais, criando uma TV pública e disponibilizando materiais informativos em locais públicos.

Promover campanhas educativas, informativas e culturais com foco na diversidade e nos direitos humanos (incluindo direitos das mulheres, crianças, adolescentes, diversidade étnico-racial, orientação sexual, idosos, entre outros).

Incentivar a comunicação comunitária e a participação popular, em parceria com as universidades da região.

Realizar um seminário sobre Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa para conhecer e mapear os produtores de conteúdo nessas áreas em São Leopoldo.